

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.127/2026

Processo Administrativo nº E:41506.0000000294/2025

Torna-se público que a **AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP**, por meio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** designados pela **Portaria nº 341/2025**, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 13 de novembro de 2025, sediada na Avenida Walter Ananias, nº. 35 - A, Jaraguá - Maceió - AL - CEP 57025-510, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Valor total da contratação: R\$ 42.823.228,68 (quarenta e dois milhões oitocentos e vinte e três mil duzentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos).

Data da sessão pública: 15/04/2026.

Horário: 09h - horário de Brasília.

Critério de Julgamento: menor preço, por grupo de itens.

Modo de disputa: aberto.

Preferências ME/EPP/Equiparadas: não.

Local: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÕES DE SERVIÇOS DE SUPORTE E SOFTWARES FORTNET**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 20 (vinte) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão

ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. sociedades cooperativas;

3.6.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.11. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.12. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.14. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar

conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.5 e 3.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.5 e 3.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.2.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e jovens aprendizes, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e certidão de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na lei complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na lei nº 14.133, de 2021, e neste edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 5% (cinco por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. Empresas brasileiras;

7.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.6 deste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. Contiver vícios insanáveis;

8.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

- 8.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.16. Concluída a etapa final de lances, as empresas licitantes deverão ajustar suas propostas, apresentando os valores unitários e totais com a limitação de duas casas decimais após a vírgula, desconsiderando as duas últimas casas decimais adicionais. Caso seja necessário proceder ao arredondamento, este deverá ser efetuado para o valor imediatamente inferior, vedada a adoção de valor superior ao lance final apresentado.
- 8.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.22. Quando os itens estiverem dispostos em grupo de itens (lote), o critério de julgamento adotado será aplicado individualmente a cada item que o integre, não podendo qualquer deles ultrapassar a pesquisa de mercado que fundamenta a estimativa da Administração. Após a tentativa de negociação, será desclassificado o licitante que mantiver proposta com itens cujos valores unitários permaneçam superiores à referida estimativa.
- 8.23. Caso o Termo de Referência exija Prova de Conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo pregoeiro, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.
- 8.24. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.
- 8.25. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro.
- 8.26. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.
- 8.27. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

8.28. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

8.29. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

8.30. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.

8.31. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

8.32. Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.33. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.

8.34. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a etapa de julgamento de proposta, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de habilitação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes, no site oficial do Ministério do Trabalho (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>).

9.1.2. Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, no site oficial do Ministério do Trabalho. (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br>).

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

- 9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou por cópia, com declaração do licitante de sua autenticidade.
- 9.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a certidão de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e certidão de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

- 12.3.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Alagoas – SEI! Alagoas (<https://portal.sei.al.gov.br/>).

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
- 13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 13.1.5. Fraudar a licitação;

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e

13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo e-mail: luizfelipe.amgesp@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 ANEXO A – Modelo de Proposta Final;

14.11.2. ANEXO B – Minuta de Ata de Registro de Preços;

14.11.3. ANEXO C – Minuta de Termo de Contrato;

14.11.4. ANEXO D – Termo de Referência;

14.11.5. Apêndice do Anexo D – Estudo Técnico Preliminar.

Maceió (AL), 26 de março de 2026.

Luyza Raphaela Tenório Vitorino
Assessora de Apoio de Contratação

Luiz Felipe Lopes Sarmento
Pregoeiro Responsável

ANEXO A - MODELO DE PROPOSTA FINAL

Razão Social da Licitante:
CNPJ:
Endereço:
CEP
Telefone: E-Mail :

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca e modelo:	Unid.	Qnt.	PREÇO expresso em R\$	
					UNITÁRIO	TOTAL
01	XXXXXXXXXX		Unidade	XX		
TOTAL GERAL						

PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO: O prazo de execução do objeto é de 10 (dez) dias, da emissão da ordem de serviço, conforme termo de referência, de acordo com as necessidades da Administração.

VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

PRAZO DE PAGAMENTO: A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO C deste Edital.

CONTA BANCÁRIA: Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

Declaro:

- 1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
- 2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

ANEXO B – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº (...)/(20...)

Processo Administrativo nº E:41506.0000000294/2025

A **Agência de Modernização da Gestão de Processos – AMGESP**, UASG: 925998 com sede na Avenida Walter Ananias, n.º 35A – Jaraguá, CEP: 57025-510 – Maceió/AL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.424.905/0001-38, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, **Sr. Amilton Barbosa Silva**, nomeado pela decreto nº 86.124, de 01 de Janeiro de 2023, publicada no DOE/AL de 01 de Janeiro de 2023, portador da matrícula funcional nº 163-5, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS AMGESP - PREGÃO/ANO**, publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas em XX de XXX de 2025, e no Diário Oficial do Estado de Alagoas em XX de XXX de 2025, referente ao Processo Administrativo nº E:41506.0000000294/2025, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo às condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÕES DE SERVIÇOS DE SUPORTE E SOFTWARES FORTNET** do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação nº **PREGÃO/ANO**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: CNPJ:, Inscrição Estadual:, sediada na : , CEP: , Telefone: , E-mail: , representado pelo Sr. (a): , Inscrito (a) no CPF: , sob o RG nº:.							
Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Marca / Modelo	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
VALOR TOTAL: R\$ XXXXXX (XXXXXX).							

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA E PARTICIPANTES

3.1. O (...órgão/entidade...) gerenciador(a) será o (...nome do órgão/entidade...).

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	ÓRGÃO	REQUISIÇÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DE ATA	TOTAL
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX
XXX	XX	XXX	10%	50%	XXX

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços da qual se integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

4.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital ou no Aviso de Contratação Direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital ou no Aviso de Contratação Direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços Registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos para as adesões.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão

fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão ou entidade participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou ao aviso de contratação direta.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo órgão ou entidade gerenciadora e fornecedor(es) e encaminhada, por cópia, aos Órgãos Participantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR

FORNECEDOR

FORNECEDOR

(...)

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº

ANEXO

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor: (...razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante...)						
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor (R\$)	Requisição Mínima	Requisição Máxima
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

ANEXO C – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO (...) Nº (...)/(20...), QUE ENTRE SI CELEBRAM O(A)(...ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA(O)(...ÓRGÃO...),/AUTARQUIA/FUNDAÇÃO...) E A EMPRESA (...), PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUBSCRIÇÕES DE SUPORTE E SOFTWARES FORTNET.

CONTRATANTE: O(A)(...Estado de Alagoas, por intermédio da(o) (...órgão...),/Autarquia/Fundação...), inscrita(o) no CNPJ sob o nº (...) e com sede na (...endereço...), representado(a) pelo (...cargo do ordenador de despesas...), Sr. (...nome...), nomeado pelo(a)(...Decreto/Portaria...) nº (...), de (...) de (...) de 20(...), publicado(a) no DOE/AL de (...) de (...) de 20(...), portador da matrícula funcional nº (...);

CONTRATADO: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº (...), com sede na (...endereço...) e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...), inscrito no CPF sob o nº (...);

Os CONTRATANTES, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, inclusive Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente contrato, decorrente do processo administrativo nº E:41506.0000000294/2025 e do Pregão nº (...), mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÕES DE SERVIÇOS DE SUPORTE E SOFTWARES FORTNET, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor Total
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital da Licitação;

- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (...) (...valor por extenso...), perfazendo o valor total de R\$ (...) (...valor por extenso...).

Item	Especificação	Quantidade	Valor (R\$) unitário
(...)	(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)	(...)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (.../.../...).

7.2. Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos, nos termos do art. 53 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.16. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.18. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.21. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.27. Manter preposto atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar;
- 9.28. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.29. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

- 9.30. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.31. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.32. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.33. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.37. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;
- 9.38. Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.
- 9.38.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver

necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

12.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.2.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa exigida durante a execução do contrato;

12.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Serão aplicadas ao Contratado pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

12.3.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2 a 12.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 12.1.2 a 12.1.4 do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.3.4. Multa:

11.1.1.1. moratória de 0,1% (um décimo de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 dias;

12.3.4.1. moratória de 0,1% (um décimo de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 3% (três por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

12.3.4.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.4.2. compensatória, para as infrações previstas nos itens 12.1.1 a 12.1.4, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

12.3.4.3. compensatória, para as infrações previstas nos itens 12.1.5 a 12.1.8, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

12.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5.3.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no

12.6. caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.7.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

12.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no CEIS e no CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade: (...);

13.1.2. Fonte de Recurso: (...);

13.1.3. Programa de Trabalho: (...);

13.1.4. Elemento de Despesa: (...);

13.1.5. Plano Interno: (...).

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o foro da comarca de Maceió, Alagoas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, este termo de contrato foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos Contratantes.

Maceió (AL), em (...) de (...) de (...).

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº

**ANEXO D – TERMO DE REFERÊNCIA;
APÊNDICE DO ANEXO D – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.**

Termo de Referência 9/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2025	926217-INST. DE TEC. EM INF. E INFORMAÇ. DE ALAGOAS	FELIPE GOMES ATHAYDE	27/02/2026 12:30 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	70/2025	E:41506.0000000294/2025

1. Condições gerais da contratação

- 1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÕES DE SERVIÇOS DE SUPORTE E SOFTWARES FORTINET, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A empresa deve ser credenciada e autorizada pela FORTINET para a distribuição dos softwares em território nacional.
- 1.3. Os serviços são compostos por extensão de garantia e subscrição de software, conforme tabela abaixo.

LOTE ÚNICO				
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	27740	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiGate 2200E com assinatura UTP Bundle (unified threat protection), incluindo assistência local.</p>	UNIDADE	2
2	27006	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS</p> <p>Descrição complementar:</p>	UND SERVIÇO TÉCNICO	2

		Subscrição do gerenciamento e monitoramento e correlacionamento de eventos, análise e respostas a ameaças de segurança em tempo real para o Fortinet FortiGate 2200E	UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR: UNIDADE	
3	27740	Descrição CATSER: SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiGate 3300E com assinatura UTP (unified threat protection), incluindo assistência técnica local	UNIDADE	2
4	27006	Descrição CATSER: SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS Descrição complementar: Subscrição do gerenciamento de monitoração e correlacionamento de eventos, análise e respostas à ameaças de segurança em tempo real para o Fortinet FortiGate 3300E	UND SERVIÇO TÉCNICO UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR: UNIDADE	2
5	26077	Descrição CATSER: SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS Descrição complementar: Subscrição serviço de proteção, detecção e resposta de endpoint.	UNIDADE	1.000
6	26077	Descrição CATSER: SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS Descrição complementar: Subscrição de serviço de conscientização de segurança para usuários.	UNIDADE	1.000
		Descrição CATSER:		

7	27740	<p>SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSwitch FS-1024D com Advanced Features License, incluindo assistência técnica local</p>	UNIDADE	5
8	27740	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSwitch FS- 548D, incluindo assistência técnica local.</p>	UNIDADE	7
9	27740	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSwitch FS- 124E, incluindo assistência técnica local.</p>	UNIDADE	6
10	27740	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiAP 431F, incluindo assistência técnica local.</p>	UNIDADE	7
11	25992	<p>Descrição CATSER:</p> <p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiManager VM (1 - 10 devices/Virtual Domains), incluindo assistência técnica local</p>	<p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR:</p> <p>UNIDADE</p>	1

12	25992	<p>Descrição CATSER:</p> <p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSIEM (1 - 300 devices) incluindo assistência técnica local</p>	<p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR:</p> <p>UNIDADE</p>	1
13	25992	<p>Descrição CATSER:</p> <p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiAnalyzer VM 100GB/Day e FortiGuard IOC 1-101 GB/Day, incluindo assistência técnica local</p>	<p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR:</p> <p>UNIDADE</p>	2
14	25992	<p>Descrição CATSER:</p> <p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Extensão de Serviço de extensão de garantia para FortiWeb VM08 com Advanced Bundle</p>	<p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR:</p> <p>UNIDADE</p>	1
15	26077	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição do serviço de proteção de aplicações Web, incluindo assistência técnica local</p>	<p>UNIDADE</p>	1
16	26077	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS</p> <p>Descrição complementar:</p>	<p>UNIDADE</p>	1.000

		Serviço de acesso seguro a aplicações públicas e privadas		
17	26972	Descrição CATSER: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TRANSIÇÃO E CONFIGURAÇÃO / PARAMETRIZAÇÃO DE SOFTWARE Descrição Complementar: Unidades de Serviços Técnicos	UNIDADE DE SERVIÇO TÉCNICO (UST)	1.200
18	3840	Descrição CATSER: TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE Descrição Complementar: Treinamento Oficial 1 com duração de até 16 horas	UNIDADE Unidade de Medida Complementar: Alunos	7
19	3840	Descrição CATSER: TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE Descrição Complementar: Treinamento Oficial 2 com duração entre 12 horas até 24 horas	UNIDADE Unidade de Medida Complementar: Alunos	7
20	3840	Descrição CATSER: TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE Descrição Complementar: Treinamento Oficial 3 com duração acima 24 horas	UNIDADE Unidade de Medida Complementar: Alunos	7

1.4. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ITEM	UNIDADE DE COMPRA	ITEC	PMAL	SETRAND	REQUISIÇÃO MÍNIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	REQUISIÇÃO MÁXIMA PARA UTILIZAÇÃO DA ATA	TOTAL

1	UNIDADE	2	-	-	10%	50%	2
2	UND SERVIÇO TÉCNICO UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR: UNIDADE	2	-	-	10%	50%	2
3	UNIDADE	2	-	-	10%	50%	2
4	UND SERVIÇO TÉCNICO UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR: UNIDADE	2	-	-	10%	50%	2
5	UNIDADE	1.000	-	-	10%	50%	1.000
6	UNIDADE	1.000	-	-	10%	50%	1.000
7	UNIDADE	2	-	3	10%	50%	5
8	UNIDADE	7	-	-	10%	50%	7
9	UNIDADE	6	-	-	10%	50%	6
10	UNIDADE	7	-	-	10%	50%	7
11	UND SERVIÇO TÉCNICO UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR: UNIDADE	1	-	-	10%	50%	1
	UND SERVIÇO TÉCNICO						

12	UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR: UNIDADE	1	-	-	10%	50%	1
13	UND SERVIÇO TÉCNICO UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR: UNIDADE	1	1	-	10%	50%	2
14	UND SERVIÇO TÉCNICO UNIDADE DE MEDIDA COMPLEMENTAR: UNIDADE	1	-	-	10%	50%	1
15	UNIDADE	1	-	-	10%	50%	1
16	UNIDADE	1.000	-	-	10%	50%	1.000
17	UNIDADE DE SERVIÇO TÉCNICO (UST)	1.200	-	-	10%	50%	1.200
18	UNIDADE Unidade de Medida Complementar: Alunos	5	2	-	10%	50%	7
19	UNIDADE Unidade de Medida Complementar: Alunos	5	2	-	10%	50%	7
	UNIDADE						

20	Unidade de Medida Complementar: Alunos	5	2	-	10%	50%	7
----	---	---	---	---	-----	-----	---

1.5. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que tratam-se de serviços de software sem vínculo de mão de obra ou outra atividade com alto grau de complexidade.

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as subscrições possuem prazo determinado, sendo necessária a sua renovação anual.

1.8 A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

1.9. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.10. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.11. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

1.12. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da solução

2.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 A solução de TIC consiste em manter atualizado através do serviço de subscrição que garante a infraestrutura de segurança utilizada pelo ITEC, em 33 (trinta e três) ativos de rede e 4 (quatro) sistemas de segurança que funcionam através de Máquinas Virtuais (VMs) de forma integrada, mantendo o arcabouço de segurança da informação com mitigação e detecção de ameaças cibernéticas na rede que encontram-se os servidores de dados do Governo Estadual.

2.2.1. Descrição da solução:

2.2.1.1 – Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para o Fortigate 2200E com UTP

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.1.1 Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 20/11/2026 para o equipamento de segurança de rede modelo **Fortinet FortiGate 2200E**, de propriedade da Contratante;

2.2.1.1.2 A subscrição deverá incluir o pacote **UTP Bundle (Unified Threat Protection)**, contendo, no mínimo, os seguintes serviços gerenciados pela Fortinet:

2.2.1.1.2.1 FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, atualizações de firmware, substituição de hardware (quando aplicável), com atendimento remoto e local conforme necessidade;

2.2.1.1.2.2 IPS (Intrusion Prevention System): Sistema de prevenção contra intrusões com atualização contínua de assinaturas;

2.2.1.1.2.3 Application Control: Controle de aplicações em tempo real para garantia de segurança e políticas de uso;

2.2.1.1.2.4 Antivírus e Antimalware: Detecção e bloqueio de ameaças conhecidas e desconhecidas, incluindo vírus, trojans e worms;

2.2.1.1.2.5 Web Filtering: Filtragem de conteúdo web por categorias, com bloqueio de sites maliciosos ou inapropriados;

2.2.1.1.2.6 Antispam: Proteção contra e-mails indesejados e mensagens com conteúdo malicioso;

2.2.1.1.2.7 Botnet IP/Domain Protection: Bloqueio automático de comunicações com endereços IP e domínios associados a botnets;

2.2.1.1.2.8 Service Health Monitoring: Monitoramento proativo do estado de saúde dos serviços contratados;

2.2.1.1.3 A subscrição deverá ser compatível com a versão de firmware instalada no FortiGate 2200E da Contratante, garantindo plena funcionalidade dos recursos ofertados;

2.2.1.1.4 A entrega deverá contemplar a disponibilização das chaves de ativação e/ou licenciamento digital necessários à habilitação dos serviços no equipamento existente;

2.2.1.1.5 O serviço deverá incluir **assistência técnica local**, com equipe técnica credenciada, para atuação presencial sempre que necessário e mediante acionamento da Contratante;

2.2.1.1.6 A empresa proponente deverá possuir **autorização oficial da Fortinet** para comercialização e suporte das licenças ofertadas;

2.2.1.1.7 Todos os serviços deverão estar **vigentes e plenamente operacionais** até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.1.8 Os serviços deverão ser passíveis de **integração com soluções Fortinet já existentes**, como FortiManager e FortiAnalyzer, quando aplicável;

2.2.1.1.9 A contratada deverá apresentar **comprovação de fornecimento da subscrição em nome da Contratante**, contendo número de série do equipamento, data de ativação e prazo de validade.

2.2.1.1.10 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.2 – Subscrição de Gerenciamento, Monitoramento, Correlação de Eventos, Análise e Resposta a Ameaças para FortiGate 2200E

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.2.1 Contratação de subscrição válida por 12 (doze) meses para prestação de serviços de gerenciamento centralizado, monitoramento contínuo, correlação de eventos, análise e resposta a ameaças de segurança cibernética aplicadas ao equipamento **Fortinet FortiGate 2200E**;

2.2.1.2.2 A solução deverá ser integrada ou compatível com plataformas oficiais da Fortinet, tais como **FortiAnalyzer**, **FortiSIEM** ou equivalente homologado, oferecendo no mínimo:

2.2.1.2.2.1 Coleta e Armazenamento de Logs: Registro e arquivamento de logs e eventos de segurança;

2.2.1.2.2.2 Monitoramento Contínuo e em Tempo Real: Acompanhamento constante do tráfego e geração de alertas automáticos;

2.2.1.2.2.3 Correlação de Eventos: Identificação de padrões e comportamentos anômalos com base em múltiplos eventos;

2.2.1.2.2.4 Análise de Ameaças: Avaliação com uso de inteligência de ameaças e dados históricos;

2.2.1.2.2.5 Resposta a Incidentes: Ações automáticas ou assistidas para mitigação de incidentes;

2.2.1.2.2.6 Dashboards e Relatórios: Disponibilização de painéis interativos e relatórios periódicos;

2.2.1.2.3 O serviço deverá permitir acesso autenticado via portal seguro para acompanhamento técnico e gerencial;

2.2.1.2.4 A contratada deverá disponibilizar suporte técnico remoto e local conforme necessidade, com escalonamento documentado;

2.2.1.2.5 O início da vigência será contado a partir da ativação da subscrição, vinculada ao número de série do FortiGate 2200E da Contratante. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.;

2.2.1.2.6 A empresa proponente deverá possuir **certificação ou credenciamento oficial Fortinet**, apta à prestação do serviço;

2.2.1.2.7 A solução deverá seguir as boas práticas de segurança da informação e estar em conformidade com exigências legais e regulatórias;

2.2.1.2.8 A contratada deverá entregar documentação completa do escopo contratado, plano de resposta a incidentes e dados de contato técnico.

2.2.1.2.9 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.3 – Subscrição de Serviço de Extensão de garantia do Fortifate 3300E com UTP

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.3.1 Fornecimento de subscrição cotermin (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 20/11/2026 para o equipamento de segurança de rede modelo **Fortinet FortiGate 3300E**, pertencente à Contratante;

- 2.2.1.3.2 A subscrição deverá incluir o pacote **UTP Bundle (Unified Threat Protection)**, com os seguintes serviços, no mínimo:
- 2.2.1.3.2.1 FortiCare Support: Suporte técnico especializado, com atualizações de firmware, acesso ao portal Fortinet e RMA quando aplicável;
 - 2.2.1.3.2.2 IPS: Sistema de prevenção contra intrusões com atualizações frequentes;
 - 2.2.1.3.2.3 Application Control: Controle granular de aplicações;
 - 2.2.1.3.2.4 Antivírus e Antimalware: Proteção contra ameaças diversas;
 - 2.2.1.3.2.5 Web Filtering: Filtro de conteúdo e proteção contra sites maliciosos;
 - 2.2.1.3.2.6 Antispam: Bloqueio de e-mails maliciosos e spam;
 - 2.2.1.3.2.7 Botnet Protection: Bloqueio de conexões com botnets;
 - 2.2.1.3.2.8 Service Health Monitoring: Acompanhamento do estado dos serviços contratados;
- 2.2.1.3.3 A subscrição deverá ser compatível com a versão de firmware da Contratante;
- 2.2.1.3.4 Deverá ser incluída a entrega de licenças e chaves de ativação digitais;
- 2.2.1.3.5 O serviço incluirá **assistência técnica local**, com equipe autorizada e acionável pela Contratante;
- 2.2.1.3.6 A empresa proponente deverá ser **parceira oficial da Fortinet**, apta à venda e suporte da solução;
- 2.2.1.3.7 Todos os serviços deverão funcionar integralmente até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.;
- 2.2.1.3.8 A solução deverá permitir **integração com FortiManager e FortiAnalyzer**, quando aplicável;
- 2.2.1.3.9 A contratada deverá apresentar comprovação de subscrição ativa em nome da Contratante.
- 2.2.1.3.10 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.4 – Subscrição de Gerenciamento, Monitoramento, Correlação de Eventos, Análise e Resposta a Ameaças para FortiGate 3300E

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

- 2.2.1.4.1 Contratação de subscrição válida por 12 (doze) meses para prestação de serviços de gerenciamento centralizado, monitoramento, análise e resposta a ameaças sobre o equipamento **Fortinet FortiGate 3300E**;
- 2.2.1.4.2 A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes serviços, por meio de ferramenta compatível (ex: FortiAnalyzer, FortiSIEM):
- 2.2.1.4.2.1 Coleta e Armazenamento de Logs;
 - 2.2.1.4.2.2 Monitoramento em tempo real com geração de alertas;
 - 2.2.1.4.2.3 Correlação de Eventos e detecção de anomalias;
 - 2.2.1.4.2.4 Análise de ameaças com uso de inteligência de segurança;
 - 2.2.1.4.2.5 Respostas automáticas ou assistidas a incidentes;
 - 2.2.1.4.2.6 Dashboards técnicos e relatórios gerenciais;
- 2.2.1.4.3 A contratada deverá fornecer **acesso autenticado** para acompanhamento dos dados e alertas;
- 2.2.1.4.4 Deverá disponibilizar equipe especializada para suporte remoto e local conforme criticidade;
- 2.2.1.4.5 O início da contagem de vigência se dará com a ativação vinculada ao FortiGate 3300E da Contratante. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021;
- 2.2.1.4.6 A empresa contratada deverá ser **credenciada pela Fortinet**;
- 2.2.1.4.7 A solução deverá obedecer às normas de segurança da informação e legislação aplicável;
- 2.2.1.4.8 A entrega deverá incluir documentação da solução, plano de resposta e contatos de suporte técnico.

2.2.1.4.9 Serviços de suporte 12 meses conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.5 – Subscrição de Serviço de Proteção, Detecção e Resposta de Endpoint (EDR)

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.5.1 Fornecimento de subscrição com validade de 12 (doze) meses para solução de segurança do tipo **EDR (Endpoint Detection and Response)**, com proteção avançada de endpoints, detecção de comportamentos maliciosos e resposta automatizada a incidentes de segurança;

2.2.1.5.2 A solução contratada deverá ser **compatível com o ecossistema Fortinet**, preferencialmente **FortiEDR**, oferecendo integração nativa com os demais dispositivos da fabricante em uso pela Contratante;

2.2.1.5.3 A ferramenta EDR deverá contemplar, no mínimo, os seguintes recursos técnicos:

2.2.1.5.3.1 Prevenção de Exploits: Detecção e bloqueio de ataques baseados em vulnerabilidades de software;

2.2.1.5.3.2 Proteção contra Ransomware: Monitoramento de comportamento malicioso com ações preventivas em tempo real;

2.2.1.5.3.3 Visibilidade em Tempo Real: Inventário de ativos, monitoramento de processos e serviços em execução;

2.2.1.5.3.4 Resposta Automatizada: Contenção automática de endpoints comprometidos com possibilidade de isolamento em rede;

2.2.1.5.3.5 Análise Pós-Incident: Ferramentas de análise forense e relatórios detalhados de eventos suspeitos;

2.2.1.5.3.6 Atualizações Contínuas: Base de dados de ameaças atualizada automaticamente pela fabricante;

2.2.1.5.4 A solução deverá operar com agente local (endpoint agent) compatível com os principais sistemas operacionais utilizados pela Contratante (Windows, Linux e macOS), com consumo mínimo de recursos computacionais;

2.2.1.5.5 O console de gerenciamento deverá estar disponível em nuvem (cloud-based) ou localmente, com interface centralizada para orquestração e resposta;

2.2.1.5.6 A contratada deverá realizar a disponibilização das licenças e orientações para ativação em até 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato;

2.2.1.5.7 A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada para suporte remoto e local, sempre que demandado pela Contratante;

2.2.1.5.8 A empresa proponente da solução deverá possuir **certificação ou credenciamento oficial da Fortinet**, ou autorização válida para comercialização e suporte do software EDR contratado;

2.2.1.5.9 A contratada deverá entregar à Contratante documentação com evidência da ativação da subscrição, contendo: número de licenças, data de início da vigência, identificação dos endpoints protegidos e funcionalidades habilitadas;

2.2.1.5.10 Todos os serviços deverão ser plenamente funcionais durante os 12 (doze) meses de vigência contratual, contados a partir da ativação da licença. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.5.11 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.6 – Subscrição de Serviço de Conscientização de Segurança para Usuários

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.6.1 Fornecimento de subscrição válida por 12 (doze) meses de plataforma de conscientização em segurança da informação voltada para capacitação contínua de usuários finais, com foco na redução de riscos relacionados ao fator humano;

2.2.1.6.2 A solução deverá ser compatível com o ecossistema Fortinet, preferencialmente integrada com ferramentas como **FortiPhish** ou outra solução equivalente oficialmente reconhecida pela Fortinet;

2.2.1.6.3 A plataforma deverá conter, no mínimo, os seguintes recursos técnicos e funcionais:

2.2.1.6.3.1 Campanhas de simulação de phishing, com geração de relatórios sobre comportamento dos usuários;

2.2.1.6.3.2 Trilhas de aprendizado em segurança da informação, com conteúdos didáticos interativos (vídeos, quizzes, textos e testes);

2.2.1.6.3.3 Avaliação periódica do nível de maturidade dos usuários, com análise de evolução individual e por grupos;

2.2.1.6.3.4 Suporte a múltiplos idiomas, incluindo obrigatoriamente o **português do Brasil**;

2.2.1.6.3.5 Console de administração com funcionalidades para criação de campanhas, designação de grupos e visualização de métricas;

2.2.1.6.4 A plataforma deverá ser acessível via navegador web moderno, sem necessidade de instalação local de software adicional pelos usuários;

2.2.1.6.5 A contratada deverá disponibilizar o ambiente e as licenças de acesso em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato;

2.2.1.6.6 A contratada deverá oferecer suporte técnico remoto, em horário comercial, durante toda a vigência da subscrição;

2.2.1.6.7 A contratada deverá fornecer comprovação da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo o número de usuários licenciados, data de início da vigência e funcionalidades incluídas;

2.2.1.6.8 Todos os serviços deverão estar plenamente operacionais pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de ativação da solução. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.6.9 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.7 – Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiSwitch FS-1024D com Advanced Features License

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.7.1 Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 20/11/2026 para o equipamento de rede modelo **Fortinet FortiSwitch FS-1024D**, de propriedade da Contratante, incluindo a **Advanced Features License**;

2.2.1.7.2 A licença adquirida deverá contemplar, no mínimo, os seguintes serviços e funcionalidades:

2.2.1.7.2.1 Ativação dos recursos avançados do FortiSwitch, tais como: autenticação 802.1X, políticas de segurança dinâmicas, segmentação de rede, suporte a VLANs múltiplas, gerenciamento de QoS e empilhamento lógico (virtual stacking);

2.2.1.7.2.2 Integração completa com o FortiGate para gerenciamento centralizado via Security Fabric;

2.2.1.7.2.3 Suporte a SNMP e Syslog, com exportação de eventos para soluções como FortiAnalyzer ou similares;

2.2.1.7.3 Inclusão do **FortiCare Support**, com os seguintes benefícios:

2.2.1.7.3.1 Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, base de conhecimento, firmware updates e troubleshooting;

2.2.1.7.3.2 Atendimento remoto por equipe certificada e assistência **técnica local**, quando solicitado e necessário;

2.2.1.7.3.3 Opção de substituição de hardware (RMA), conforme a política de suporte da Fortinet vigente;

2.2.1.7.4 A subscrição deverá ser compatível com a versão de firmware do FortiSwitch FS-1024D atualmente em uso pela Contratante;

2.2.1.7.5 A contratada deverá fornecer todas as chaves de ativação e/ou arquivos de licença necessários para habilitação dos serviços no equipamento já instalado;

2.2.1.7.6 A empresa proponente deverá ser **parceira oficial Fortinet**, com autorização válida para comercialização e suporte das licenças contratadas;

2.2.1.7.7 A contratada deverá entregar evidência da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo: número de série do equipamento, data de início da vigência e prazo de validade;

2.2.1.7.8 Todos os serviços contratados deverão estar plenamente funcionais e disponíveis até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.7.9 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.9 – Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiSwitch FS-124E

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.9.1 Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 20/11/2026 para o equipamento de rede modelo **Fortinet FortiSwitch FS-124E**, de propriedade da Contratante;

2.2.1.9.2 A subscrição deverá contemplar, no mínimo, os seguintes serviços oficiais Fortinet:

2.2.1.9.2.1 FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, incluindo abertura de chamados, base de conhecimento e atualização de firmware;

2.2.1.9.2.2 Atendimento remoto realizado por equipe técnica certificada, com suporte a incidentes e esclarecimento de dúvidas operacionais;

2.2.1.9.2.3 Assistência técnica local, com atuação presencial quando necessário e mediante solicitação da Contratante;

2.2.1.9.2.4 Substituição de hardware (RMA), conforme previsto nas diretrizes de suporte da Fortinet;

2.2.1.9.3 A subscrição deverá garantir total compatibilidade com o FortiSwitch FS-124E instalado, habilitando funcionalidades como switching Layer 2, VLANs, PoE (quando aplicável), autenticação 802.1X, QoS e integração com FortiGate via FortiLink;

2.2.1.9.4 A contratada deverá disponibilizar as chaves de ativação e/ou arquivos de licença digital necessários para a ativação e operação contínua da subscrição no equipamento existente;

2.2.1.9.5 A empresa proponente deverá estar autorizada oficialmente pela Fortinet para comercializar e prestar suporte aos serviços contratados;

2.2.1.9.6 Deverá ser entregue à Contratante comprovante de ativação da subscrição, contendo: número de série do equipamento, data de início da vigência e prazo de validade da licença;

2.2.1.9.7 Todos os serviços contratados deverão permanecer ativos e plenamente operacionais até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento.. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.9.8 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.10 – Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiAP 431F

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.10.1 Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 31/12/202 para o equipamento de rede sem fio modelo **Fortinet FortiAP 431F**, de propriedade da Contratante;

2.2.1.10.2 A subscrição deverá incluir, no mínimo, os seguintes serviços oficiais fornecidos pela Fortinet:

2.2.1.10.2.1 FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, atualizações de firmware, correções de segurança e abertura de chamados técnicos;

2.2.1.10.2.2 Atendimento remoto com equipe certificada para suporte técnico, troubleshooting e orientações operacionais;

2.2.1.10.2.3 Assistência técnica local, com deslocamento de técnico autorizado sempre que necessário e mediante solicitação da Contratante;

2.2.1.10.2.4 Substituição de hardware (RMA), quando aplicável, conforme as políticas vigentes da Fortinet;

2.2.1.10.3 A subscrição deverá garantir total compatibilidade com o modelo FortiAP 431F da Contratante, habilitando todos os recursos de conectividade Wi-Fi 6, gerenciamento de rádio frequência, segurança, autenticação e integração com o FortiGate por meio de FortiLink ou FortiLAN Cloud;

2.2.1.10.4 A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou arquivos digitais necessários para habilitação e uso da subscrição no equipamento já instalado;

2.2.1.10.5 A empresa proponente deverá possuir credenciamento oficial da Fortinet, sendo autorizada a comercializar e prestar suporte aos produtos e serviços envolvidos na contratação;

2.2.1.10.6 A contratada deverá apresentar à Contratante documento comprobatório da ativação da subscrição, contendo: número de série do equipamento, data de início da vigência e prazo de validade;

2.2.1.10.7 Os serviços contratados deverão estar ativos e operacionais até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.10.8 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.11 – Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiManager VM (1 – 10 Devices/Virtual Domains)

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.11.1 Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 31/12/202 para o software de gerenciamento centralizado **Fortinet FortiManager VM**, licenciado para até 10 (dez) dispositivos físicos ou domínios virtuais (Virtual Domains – VDOMs), de propriedade da Contratante;

2.2.1.11.2 A subscrição deverá contemplar, no mínimo, os seguintes serviços fornecidos pela Fortinet:

2.2.1.11.2.1 FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, abertura de chamados, atualização de firmware/software, e acesso contínuo às bases de conhecimento e documentações técnicas;

2.2.1.11.2.2 Atendimento remoto por equipe técnica certificada para suporte ao gerenciamento centralizado, políticas de segurança, provisionamento e automação de dispositivos Fortinet;

2.2.1.11.2.3 Assistência técnica local, sempre que necessária, mediante solicitação formal da Contratante e conforme as condições da política de suporte da Fortinet;

2.2.1.11.3 A subscrição deverá manter compatibilidade com a versão instalada do FortiManager VM da Contratante, garantindo a funcionalidade integral de gerenciamento de múltiplos dispositivos Fortinet, incluindo FortiGate, FortiAP, FortiSwitch, e suporte à estrutura baseada em domínios virtuais;

2.2.1.11.4 A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou arquivos digitais necessários para habilitação e uso contínuo da licença durante o período contratado;

2.2.1.11.5 A empresa proponente deverá ser revenda oficial Fortinet, devidamente autorizada a comercializar e dar suporte às licenças e serviços ofertados;

2.2.1.11.6 A contratada deverá apresentar documento comprobatório da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série, data de ativação e prazo de validade;

2.2.1.11.7 Todos os serviços deverão estar plenamente operacionais até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do software.. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.11.8 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.12 – Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiSIEM (1 – 300 Devices)

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.12.1 Fornecimento de subscrição válida por 12 (doze) meses para a solução de gerenciamento e correlação de eventos de segurança **Fortinet FortiSIEM**, licenciada para até 300 (trezentos) dispositivos monitorados, com capacidade ampliada para processamento de até 10.000 eventos por segundo (EPS), de propriedade da Contratante;

2.2.1.12.2 A subscrição deverá contemplar os seguintes serviços essenciais providos pela Fortinet:

2.2.1.12.2.1 FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, abertura de chamados, atualizações de software e correções de segurança;

2.2.1.12.2.2 Atendimento remoto por equipe técnica certificada para suporte na operação, análise e correlação de eventos, troubleshooting e orientações técnicas;

2.2.1.12.2.3 Assistência técnica local, com deslocamento de técnicos autorizados conforme necessidade e mediante solicitação da Contratante;

2.2.1.12.3 A subscrição deverá garantir plena compatibilidade e funcionalidade do FortiSIEM instalado, assegurando a operação do sistema com a capacidade atualizada para 10.000 EPS, com monitoramento e correlação em tempo real dos eventos de segurança;

2.2.1.12.4 A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou licenças digitais necessárias para a habilitação da subscrição, incluindo o upgrade da capacidade contratada;

2.2.1.12.5 A empresa proponente deverá possuir autorização oficial da Fortinet para comercialização e suporte das licenças e serviços ofertados;

2.2.1.12.6 A contratada deverá apresentar comprovante da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série, data de início e prazo de validade;

2.2.1.12.7 Os serviços deverão permanecer ativos e operacionais durante todo o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de expiração da garantia original, assegurando o pleno funcionamento do software. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.12.8 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.13 – Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiAnalyzer VM

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.13.1 Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 31/12/2022 para a solução de análise e correlação de logs **Fortinet FortiAnalyzer VM**, com capacidade de processamento de até 100 GB por dia, incluindo a licença de FortiGuard IOC (Indicators of Compromise) para volumes de 1 a 101 GB por dia, de propriedade da Contratante;

2.2.1.13.2 A subscrição deverá contemplar os seguintes serviços oficiais Fortinet:

2.2.1.13.2.1 FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, atualizações de software, abertura de chamados e base de conhecimento;

2.2.1.13.2.2 Atendimento remoto realizado por equipe técnica certificada, incluindo suporte à configuração, troubleshooting e otimização do FortiAnalyzer VM e FortiGuard IOC;

2.2.1.13.2.3 Assistência técnica local, com deslocamento de técnico autorizado conforme necessidade e mediante solicitação da Contratante;

2.2.1.13.3 A subscrição deverá garantir a compatibilidade e pleno funcionamento do FortiAnalyzer VM com capacidade de 100GB/Day e da licença FortiGuard IOC para o intervalo de 1 a 101 GB/Day, assegurando a coleta, análise e correlação de eventos de segurança em tempo real;

2.2.1.13.4 A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e licenças digitais necessárias para a habilitação da subscrição, incluindo a licença FortiGuard IOC;

2.2.1.13.5 A empresa proponente deverá ser revendedora autorizada pela Fortinet, habilitada a comercializar e prestar suporte às licenças e serviços contratados;

2.2.1.13.6 A contratada deverá apresentar comprovante da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série, data de início e prazo de validade;

2.2.1.13.7 O serviço deverá permanecer ativo e plenamente operacional até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do software. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.13.7 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.14 – Subscrição de Extensão de garantia para FortiWeb VM08 com Advanced Bundle

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.14.1 Fornecimento de extensão da garantia válida por 12 (doze) meses para o serviço de suporte da solução **Fortinet FortiWeb VM08**, com o pacote **Advanced Bundle**, de propriedade da Contratante;

2.2.1.14.2 A extensão da subscrição deverá incluir, no mínimo, os seguintes serviços fornecidos pela Fortinet:

2.2.1.14.2.1 Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, incluindo abertura de chamados, atualizações de firmware e software, e acesso a bases de conhecimento;

2.2.1.14.2.2 Atendimento remoto por equipe técnica certificada para suporte na operação, configuração, troubleshooting e otimização do FortiWeb VM08;

2.2.1.14.2.3 Assistência técnica local, mediante necessidade e solicitação formal da Contratante, para resolução de problemas e manutenção corretiva;

2.2.1.14.3 A extensão deverá garantir a compatibilidade e funcionamento pleno da solução FortiWeb VM08 com o Advanced Bundle, assegurando a continuidade dos recursos de segurança e proteção da aplicação web;

2.2.1.14.4 A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou licenças digitais necessárias para a habilitação da extensão da subscrição;

2.2.1.14.5 A empresa fornecedora deverá ser revendedora autorizada da Fortinet, com autorização para comercialização e suporte dos produtos e serviços envolvidos;

2.2.1.14.6 A contratada deverá apresentar comprovação formal da extensão da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série do equipamento, data de início da extensão e prazo de validade;

2.2.1.14.7 Todos os serviços deverão estar ativos e plenamente operacionais durante o período de 12 (doze) meses, a contar da data de expiração da garantia original, assegurando o pleno funcionamento do software. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.14.8 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.15 – Subscrição do Serviço de proteção de aplicações Web

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.15.1 Fornecimento de subscrição válida por 12 (doze) meses para a solução de segurança web **Fortinet FortiWeb VM08**, com o pacote **Advanced Bundle**, de propriedade da Contratante;

2.2.1.15.2 A subscrição deverá incluir os seguintes serviços:

2.2.1.15.2.1 Acesso ao suporte técnico especializado da Fortinet, incluindo abertura de chamados, atualizações de software e firmware, e acesso às bases de conhecimento;

2.2.1.15.2.2 Atendimento remoto por equipe técnica certificada para suporte na operação, configuração, troubleshooting e otimização da solução FortiWeb VM08;

2.2.1.15.2.3 Assistência técnica local, mediante necessidade e solicitação formal da Contratante, para manutenção corretiva e resolução de problemas;

2.2.1.15.3 A subscrição deverá garantir a compatibilidade e pleno funcionamento da solução FortiWeb VM08 com o Advanced Bundle, assegurando a proteção contínua das aplicações web da Contratante;

2.2.1.15.4 A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou licenças digitais necessárias para habilitação dos serviços contratados;

2.2.1.15.5 A empresa proponente deverá ser revendedora autorizada da Fortinet, com autorização formal para comercialização e suporte dos produtos e serviços;

2.2.1.15.6 A contratada deverá apresentar comprovação formal da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série, data de início e prazo de validade;

2.2.1.15.7 Todos os serviços deverão estar ativos e plenamente operacionais pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de ativação. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.15.8 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.16 – Subscrição de Serviço de Serviço de acesso seguro a aplicações públicas e privadas – 12 Meses

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

2.2.1.16.1 Fornecimento de subscrição com validade de 12 (doze) meses para solução de segurança do tipo **SASE - ACESSO SEGURO A APLICAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS**, com serviços unificados de proteção, conectividade segura, controle de acesso e visibilidade para usuários remotos e filiais, com entrega via PoPs (Points of Presence) da Fortinet ou em nuvem pública;

2.2.1.16.2 A solução contratada deverá ser **compatível com o ecossistema Fortinet**, preferencialmente **FortiSASE**, oferecendo integração nativa com os demais dispositivos da fabricante em uso pela Contratante;

2.2.1.16.3 A ferramenta SASE deverá contemplar, no mínimo, os seguintes recursos técnicos:

2.2.1.16.3.1 Operação via PoPs próprios ou nuvem pública, com escolha de localização geográfica dos PoPs.

2.2.1.16.3.2 Gerenciamento centralizado via portal único, com controle granular de políticas de acesso, identidade e segurança.

2.2.1.16.3.3 Licenciamento contemplando acesso para no mínimo 200 usuários remotos simultâneos, com suporte a no mínimo 3 dispositivos por usuário.

2.2.1.16.3.4 Alta disponibilidade (HA) e escalabilidade horizontal automática, com balanceamento inteligente entre PoPs.

2.2.1.16.3.5 Suporte aos sistemas operacionais Windows, MacOS, Linux, iOS e Android.

2.2.1.16.3.6 Possibilidade de acesso via agente unificado (Unified Agent) ou de forma agent-less, por meio de SWG (Secure Web Gateway).

2.2.1.16.3.7 O mesmo agente deverá prover simultaneamente as funções de SASE, ZTNA, CASB, SWG e Endpoint Protection (EPP).

2.2.1.16.3.8 A solução deverá oferecer de forma nativa e integrada, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

2.2.1.16.3.8.1 Firewall as a Service (FWaaS).

2.2.1.16.3.8.2 Secure Web Gateway (SWG).

2.2.1.16.3.8.3 Zero Trust Network Access (ZTNA).

2.2.1.16.3.8.4 Cloud Access Security Broker (CASB).

- 2.2.1.16.3.8.5** Data Loss Prevention (DLP).
- 2.2.1.16.3.8.6** Web Filtering, com atualização contínua baseada em Threat Intelligence.
- 2.2.1.16.3.8.7** DNS Security Filtering.
- 2.2.1.16.3.8.8** Antivírus / Anti-malware, com detecção de ameaças em tempo real.
- 2.2.1.16.3.8.9** Sandbox Cloud, integrado para análise de conteúdo suspeito.
- 2.2.1.16.3.8.10** Remote Browser Isolation (RBI).
- 2.2.1.16.3.8.11** Digital Experience Monitoring (DEM), para monitoramento da experiência do usuário remoto.
- 2.2.1.16.3.8.12** Endpoint Protection Platform (EPP) como parte do mesmo licenciamento.
- 2.2.1.16.3.8.13** SSL/TLS Inspection, com decifração e re-criptação de tráfego criptografado.
- 2.2.1.16.3.8.14** Credential Stuffing Defense, com bloqueio automatizado de tentativas de uso de credenciais expostas.
- 2.2.1.16.3.8.15** Adaptive Learning, com análise de comportamento de aplicações (Application Behavioral Analytics).
- 2.2.1.16.3.8.16** Proteção contra OWASP Top 10 Vulnerabilities, com políticas específicas pré-configuradas.
- 2.2.1.16.3.9. Integração e Visibilidade**
 - 2.2.1.16.3.9.1.** Integração nativa com appliances FortiGate físicos e virtuais, permitindo reuso de políticas de segurança através do mesmo policy engine.
 - 2.2.1.16.3.9.2.** Suporte à gestão híbrida, permitindo a administração centralizada de ambientes on-premises (FortiGate físico) e nuvem SASE por meio do FortiManager.
 - 2.2.1.16.3.9.3.** Forwarding de logs e eventos para o FortiAnalyzer, com suporte a relatórios detalhados, gráficos e dashboards de segurança.
- 2.2.1.16.3.10. Conectividade e IP Público**
 - 2.2.1.16.3.10.1** Deve disponibilizar IP Público dedicado.
 - 2.2.1.16.3.10.2** Possibilidade de definir PoPs em regiões geográficas específicas, ou hospedagem em nuvem pública.
- 2.2.1.16.3.11. Licenciamento**
 - 2.2.1.16.3.11.1** Licenciamento no modelo SaaS (Subscription) por 5 (cinco) anos , incluindo os serviços continuados de Governança, Sustentação e Suporte técnico da contratada, e as seguintes funcionalidades:
 - 2.2.1.16.3.11.2** IPS (Intrusion Prevention System)
 - 2.2.1.16.3.11.3** Web Filtering
 - 2.2.1.16.3.11.4** DNS Security Filtering
 - 2.2.1.16.3.11.5** SSL Inspection Updates
 - 2.2.1.16.3.11.6** Antimalware Protection
 - 2.2.1.16.3.11.7** CASB
 - 2.2.1.16.3.11.8** ZTNA
 - 2.2.1.16.3.11.9** SWG (Secure Web Gateway)
 - 2.2.1.16.3.11.10** Sandbox Cloud
 - 2.2.1.16.3.11.11** EPP (Endpoint Protection Platform)
 - 2.2.1.16.3.11.12** DEM (Digital Experience Monitoring)
 - 2.2.1.16.3.11.13** Threat Intelligence Feed
 - 2.2.1.16.3.11.14** Adaptive Learning (AL)

2.2.1.16.3.11.15 Credential Stuffing Defense

2.2.1.16.3.11.16 AI Threat Analytics

2.2.1.16.3.11.17 FortiCare Premium Support

2.2.1.16.4 A contratada deverá realizar a disponibilização das licenças e orientações para ativação em até 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato;

2.2.1.16.5 A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada para suporte remoto e local, sempre que demandado pela Contratante;

2.2.1.16.6 A empresa proponente da solução deverá possuir **certificação ou credenciamento oficial da Fortinet**, ou autorização válida para comercialização e suporte do software SASE contratado;

2.2.1.16.7 A contratada deverá entregar à Contratante documentação com evidência da ativação da subscrição, contendo: número de licenças, data de início da vigência, e funcionalidades habilitadas;

2.2.1.16.8 Todos os serviços deverão ser plenamente funcionais durante os 12 (doze) meses de vigência contratual, contados a partir da ativação da licença. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.16.9 Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

2.2.1.17 – Unidades de Serviço Técnicos (UST) para execução de serviços especializados

2.2.1.17.1 Cada Unidade de Serviço Técnicos (UST) corresponderá a 4h (quatro horas) de profissional especializado nas plataformas ofertadas. O serviço deverá ser prestado pelo próprio fabricante (Professional Services) ou por meio da contratada, desde que seja comprovadamente revendedora autorizada do fabricante.

2.2.1.17.2 As atividades a serem executadas por meio das UST incluem, mas não se limitam a:

2.2.1.17.2.1 Assessment;

2.2.1.17.2.2 Desenvolvimento de plano de implantação;

2.2.1.17.2.3 Planejamento;

2.2.1.17.2.4 Análise;

2.2.1.17.2.5 Configuração;

2.2.1.17.2.6 Integração;

2.2.1.17.2.7 Migração;

2.2.1.17.2.8 Testes de verificação;

2.2.1.17.2.9 Ajustes;

2.2.1.17.2.10 Tuning;

2.2.1.17.2.11 Hardening;

2.2.1.17.2.12 Otimização;

2.2.1.17.2.13 Troubleshooting;

2.2.1.17.2.14 Updates;

2.2.1.17.2.15 Upgrades;

2.2.1.17.2.16 Provas de conceito;

2.2.1.17.2.17 Ensaios de contingência;

2.2.1.17.2.18 Customização de consultas e relatórios;

2.2.1.17.2.19 Treinamentos “hands on”;

2.2.1.17.2.20 Análise de vulnerabilidades;

2.2.1.17.2.21 Criação e manutenção de regras de segurança e redes;

2.2.1.17.2.22 Participação em comitês de segurança;

2.2.1.17.2.23 Documentação “as built”;

2.2.1.17.2.24 Documentação para rollout.

2.2.1.17.3 Os perfis dos profissionais / atividades seguirão as práticas de metodologias de projetos reconhecidas, como o PMBOK. A seguir, os principais perfis e escopos:

2.2.1.17.3.1 Arquitetura: Definição da arquitetura lógica e física do projeto, garantia de qualidade durante a implantação, proposição de melhorias, definição de controles e monitoramento, apoio em mudanças;

2.2.1.17.3.2 Implantação: Levantamento de dados, execuções, configurações, integrações, testes, documentação, adaptações de código, infraestrutura;

2.2.1.17.3.3 Gerenciamento de Projetos: Controle de prazos, esforço, relatórios executivos, indicadores, conforme o PMBOK, visando à garantia de qualidade;

2.2.1.17.3.4 Suporte Proativo Planejado: Melhores práticas de uso, tuning, atualizações, upgrades e análise de desempenho;

2.2.1.17.3.5 Serviços de sustentação: Serviços de sustentação da plataforma, incluindo Monitoração, Operação, Administração e Governança dos recursos;

2.2.1.17.3.6 Serviços de moving: Serviços de movimentação da plataforma entre diferentes locais/datacenters;

2.2.1.17.3.7 Serviços Operação local para SOC do fabricante: Serviços de intervenção local (Operação e Administração) para orientações, definições, sugestões de mudança pelo SOC do fabricante;

2.2.1.17.3.8 As atividades poderão ser prestadas remotamente, exceto em caso de parada de ambiente ou se houver solicitação expressa do ITEC.

2.2.1.17.4 Dinâmica de contratação:

2.2.1.17.4.1 O ITEC contratará a quantidade estimada de USTs para cobrir o período de garantia dos produtos adquiridos, emitindo anualmente nota de empenho para aquisição de vouchers;

2.2.1.17.4.2 A contratada entregará os vouchers de USTs, que poderão ser utilizados conforme demanda durante a vigência do contrato;

2.2.1.17.4.3 O ITEC consultará a contratada para estimativa de USTs e emitirá Ordem de Serviço; ao final, será contabilizado o consumo real;

2.2.1.17.4.4 O prazo máximo para início dos serviços será de 10 (dez) dias;

2.2.1.17.4.5 As contabilizações de UST serão realizadas individualmente por profissional alocado;

2.2.1.17.4.6 USTs executadas fora do horário comercial, por solicitação do ITEC, serão contabilizadas em dobro.

2.2.1.17.4.7 O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1.17.5 A contratada deverá indicar funcionário capacitado, responsável por:

2.2.1.17.5.1 Fornecer aconselhamento técnico e operacional;

2.2.1.17.5.2 Gerenciar escalonamentos junto ao fabricante;

2.2.1.17.5.3 Gerenciar recursos e cronograma de entrega dos serviços.

2.2.1.17.6 A execução dos serviços não implicará vínculo de subordinação entre os profissionais da contratada e o ITEC. Todos os encargos trabalhistas e operacionais deverão estar considerados nos custos da contratada.

2.2.1.18 – Treinamentos oficiais 1

2.2.1.18.1 FCP - FortiGate Administrator – 4 dias

2.2.1.18.2 1 (uma) inscrição para um aluno em treinamento remoto oficial em turma calendário

2.2.1.18.3 Conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE TREINAMENTOS OFICIAIS

2.2.1.19 – Treinamentos Oficiais 2

2.2.1.19.1 FCP – FortiSIEM – 3 dias

2.2.1.19.2 1 (uma) inscrição para um aluno em treinamento remoto oficial em turma calendário

2.2.1.19.3 Conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE TREINAMENTOS OFICIAIS

2.2.1.20 – Treinamentos Oficiais 3

2.2.1.20.1 FCP – FortiWEB – 3 dias

2.2.1.20.2 Unidade de Serviço Técnico (UST) para treinamento.

2.2.1.20.3 1 (uma) inscrição para um aluno em treinamento remoto oficial em turma calendário

2.2.1.20.4 Conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE TREINAMENTOS OFICIAIS

2.2.1.21 Especificação padrão de Treinamentos Oficiais

2.2.1.21.1. Cada Unidade de Serviço de Treinamento corresponderá a um aluno para o curso oficial destacado no item especificado, em curso oficial do fabricante no Brasil;

2.2.1.21.2. Os vouchers deverão permitir inscrição em curso de turma de calendário aberta do tipo vILT (ao vivo, conduzido por instrutor via Internet em plataforma própria do fabricante), com os mesmos laboratórios hands-on de um treinamento em sala de aula tradicional;

2.2.1.21.3. Todos os treinamentos deverão ser ministrados na língua portuguesa, por instrutor certificado pelo fabricante, em dias úteis consecutivos, em horário comercial (entre 8h e 18h), considerando hora local, com carga de 8h (oito horas) por dia;

2.2.1.21.4. Deverão ser fornecidos materiais oficiais do fabricante e certificados oficiais do fabricante referente à participação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome do participante, especificação da tecnologia, horas utilizadas, frequência (%) do participante e período, tudo em quantidade igual ao número de participantes;

2.2.1.21.5. A infraestrutura local para o aluno será provida pelo ITEC (PCs com 8 GB, MS Windows, multimídia e acesso banda larga à internet). A CONTRATADA deverá prover qualquer outro equipamento específico que seja exigido pelo fabricante para o aluno realizar o treinamento. Os laboratórios virtuais deverão ser providos pelo fabricante;

2.2.1.21.6. Dinâmica de contratação

2.2.1.21.6.3. O ITEC consultará o calendário de treinamentos do fabricante, a quantidade de Unidades de Serviços necessárias para a quantidade de alunos que pretende treinar e emitirá Ordem de Serviço para a Contratada realizar as inscrições no(s) curso(s);

2.2.1.21.6.4. A empresa CONTRATADA deverá nomear funcionário capacitado que será responsável por fornecer aconselhamento técnico e operacional sobre os treinamentos; assistência sobre as condições do contrato; gerenciamento de escalação junto ao Fabricante; Gerenciamento de recursos e cronograma de entrega dos serviços;

2.2.1.22 Especificação Padrão de Serviços de Suporte

2.2.1.22.1 Deverá incluir serviço Fortinet FortiCare de garantia dos produtos (hardware e software) pelo período especificado em cada item. Este serviço deverá prover os seguintes recursos:

2.2.1.22.1.1. Atualizações: Licença de uso para atualizações de softwares e firmwares, além de base de conhecimento de segurança para equipamentos ou softwares com esse tipo de assinatura, como Firewall e WAF;

2.2.1.22.1.2. Recursos online: Acesso a um portal personalizado que inclua fóruns de suporte; envio de chamados de suporte; download de drivers, software e firmware; gerenciamento de patches; principais problemas e soluções guiadas; detalhes de garantia; atualizações de software; acesso à base de conhecimento; ferramentas de diagnóstico; chat para envio de perguntas;

2.2.1.22.1.3. Central de Atendimento: Central com atendimento 24x7 em português através de ligação local ou gratuita;

2.2.1.22.1.4. Registro de chamado: através da Central de Atendimento e portal na web; a Central deverá confirmar o recebimento do chamado informando um identificador para acompanhamento;

2.2.1.22.1.5. Incidentes: Atendimento de casos sob demanda, sem limite de quantidade de atendimentos, que deve incluir especialistas técnicos para suporte técnico remoto incluindo hardware e softwares;

2.2.1.22.1.6. Níveis de Gravidade e tempo de atendimento: O nível de gravidade dos chamados será indicado pelos técnicos do ITEC quando do registro do chamado para entendimento da Central de atendimentos do fabricante, sendo: (1) paralisação crítica: ex.: ambiente de produção ou sistema paralisado ou com risco grave de paralisação ou de perda de dados; (2) degradação crítica: ex.: ambiente de produção ou sistema seriamente prejudicado, parcialmente interrompido ou comprometido, risco de recorrência; (3) normal: ex.: ambiente não de produção ou sistema fora do ar ou degradado; (4) baixa: ex.: nenhum impacto sobre os sistemas ou usuários;

2.2.1.22.1.7. Peças: O Serviço de Suporte deve incluir sem custos adicionais para o ITEC, a substituição avançada de módulos ou do equipamento completo quando diagnosticado defeito. Isso significa que quando for diagnosticado defeito do equipamento pelo fabricante, o fabricante deve remeter módulo ou equipamento completo para substituição, e efetuar o recolhimento do módulo ou equipamento completo defeituoso. Após conclusão do diagnóstico final da falha, todos os dados do equipamento devem ser apagados e o equipamento totalmente resetado. O módulo ou equipamento substituto de modelo equivalente ou superior ao defeituoso, e deve ser enviado para o ITEC no prazo máximo de um dia útil após o diagnóstico de defeito;

2.2.1.22.2 Deverá incluir serviço de assistência técnica da CONTRATADA pelo mesmo período de cobertura da garantia especificada no item anterior. Este serviço deverá prover os seguintes recursos:

2.2.1.22.2.1. Gestão dos serviços: A empresa contratada deve apresentar funcionário nomeado (graduado, especializado, experiente e certificado em ITIL Foudation), para gerenciamento dos serviços contratados, incluindo as seguintes atividades:

2.2.1.22.2.1.1. Assistência sobre as condições contratadas;

2.2.1.22.2.1.2. Gerenciamento das intervenções proativas e reativas (gravidade 1) com objetivo principal de mitigar riscos que possam levar à inatividade não planejada das operações do ITEC;

2.2.1.22.2.1.3. Gerenciamento de escalação: Para situações de gravidade 1 em que o atendimento precisar ser escalado, para monitorar e coordenar todo o atendimento e assegurar o envolvimento imediato e efetivo dos recursos, inclusive dos fabricantes, para agilizar a solução do incidente;

2.2.1.22.2.1.4. Desenvolvimento gerenciamento de um Plano de Suporte para manutenção da saúde da solução (atualizações);

2.2.1.22.2.1.5. Apresentação semestral de relatório detalhando com histórico de incidentes e a análise de tendência dos incidentes;

2.2.1.22.2.2. Suporte proativo e colaborativo com o fabricante: A empresa contratada deve apresentar funcionário(s) nomeado(s) (graduado, especializado, experiente e certificado pelo fabricante dos equipamentos), que deverá(ão) conhecer o ambiente da CONTRATADA para execução eficiente das seguintes atividades:

2.2.1.22.2.2.1. Intervenção proativa semestral para análise de histórico de incidentes, histórico de utilização e capacidade da plataforma, status das interfaces com outros subsistemas, demandas de integração e:

2.2.1.22.2.2.1.1. Aconselhamento sobre melhores práticas de configuração e uso da plataforma, integração com outras soluções;

2.2.1.22.2.2.1.2. Tunning de configuração para otimização de capacidade, desempenho e resiliência;

2.2.1.22.2.2.1.3. Análise e aplicação de Updates da plataforma;

2.2.1.22.2.2.1.4. Análise, planejamento e execução de Upgrades da plataforma;

2.2.1.22.2.2.2. Intervenção em incidentes de gravidade = 1

2.2.1.22.2.2.2.1. Atuação colaborativa com o fabricante na interação com a engenharia, coleta de logs, troubleshooting, soluções de contorno;

2.2.1.22.2.2.2.2. Análise, investigação de causa raiz e recomendações de mudanças na configuração da plataforma quando da ocorrência de incidentes de gravidade 1;

2.2.1.22.2.2.3. Intervenção em incidentes com troca de equipamentos

2.2.1.22.2.2.3.1. Reconfiguração dos equipamentos substitutos

2.2.1.22.3. O acordo de nível de serviço deverá atender, no mínimo, os seguintes parâmetros:

Serviço	Cobertura	Atendimento	Tempo de Resposta (início do atendimento após registro do chamado)	Tempo de Solução (ou contorno)
Incidentes	24x7	Remoto	1h para casos gravidade 1, dia útil seguinte para demais níveis	24h para casos gravidade 1, programado para os demais níveis.
Peças	24x7	On site	N/A	Envio dois dias úteis seguinte

Assistência técnica	8x5*	Remoto*	Agendado	N/A
----------------------------	------	---------	----------	-----

2.2.1.22.4. O CONTRATANTE poderá solicitar atendimento 24x7 on-site em caso de intervenções que provoquem parada do ambiente;

2.2.1.22.5. Resolução remota dos chamados: Mediante autorização prévia do ITEC, o fabricante e/ou a CONTRATADA poderá utilizar as ferramentas de software instaladas para monitoramento ou outras para realizar o diagnóstico, isolar e resolver o problema.

2.2.1.22.6. Neste modelo de execução dos serviços não se caracteriza a subordinação direta e nem a pessoalidade, visto que não haverá qualquer relação de subordinação jurídica entre os profissionais da equipe da empresa contratada e este Órgão. As empresas proponentes deverão considerar em seus custos todos os recursos necessários ao completo atendimento aos objetos, tais como despesas com pessoal (salários, férias, encargos, benefícios, seleção, outras) de modo a garantir os serviços definidos;

2.2.1.22.7 A empresa proponente deverá comprovar manter técnico certificado Fortinet que seja funcionário ou sócio, residente na região metropolitana de Maceió para os atendimentos locais.

2.2.1.23. Especificação Padrão dos Serviços de Instalação/Ativação

2.2.1.23.1. Todos os equipamentos deverão incluir serviços padrão de ativação/installação, exceto opcionais para expansão de equipamentos existentes que sejam instaláveis pelo usuário e tenham o recurso hot pluggable;

2.2.1.23.2. O serviço de instalação/ativação deverá contemplar desembalagem, conferência, montagem quando em rack, inicialização, conexões elétricas /lógicas, atualização, inicialização e testes de verificação;

2.2.1.23.3. Para os itens que exigirem paradas ou risco de parada do equipamento em produção, a instalação deverá ser planejada e ocorrer fora do horário comercial;

2.2.1.23.4. Caso a CONTRATANTE ainda não tenha pronto os requisitos técnicos necessários para instalação dos equipamentos, os mesmos deverão ser testados pela CONTRATADA para fim de aceite e liquidação, ficando a instalação definitiva a ser agendada em data futura entre a CONTRATADA e CONTRATANTE.

3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. O ITEC/AL é a autarquia responsável pela proposição e execução da Política Estadual de Informática e Informação; pela execução dos serviços corporativos do Estado e gestão da rede de comunicação de dados, voz e imagem da Administração Pública, promovendo o assessoramento na informatização dos órgãos governamentais na elaboração e execução de seus programas e projetos de modernização institucional e na utilização da tecnologia da informática e informação; pelo planejamento, desenvolvimento, implantação, manutenção e orientação nas demandas de produtos e serviços relativos ao uso da tecnologia da informática e informação, prestando consultoria relativa ao planejamento das atividades dos órgãos setoriais e vinculados.

3.2. O uso da tecnologia da informação permeia todos os ambientes de trabalho atualmente na Administração Pública, sendo o ITEC/AL a mola propulsora para exercer a função de atividade-meio para os órgãos e entidades da Administração Pública de Alagoas, ofertando ao Governo atuações necessárias para uma prestação de serviços eficaz e eficiente ao setor público, através de uma infraestrutura de TIC que possibilite a operacionalização dos serviços estatais.

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 (DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – ITEC/AL – PCA 2025) conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3.4. O objeto da contratação também está alinhado com o plano estratégico do ITEC, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
1.1.	Aprimorar as ações de transformação digital no governo de alagoas, fortalecendo a governança e capacidade digital, incrementando a eficiência na prestação de serviços públicos e satisfação dos cidadãos.
1.5.	Monitorar e gerenciar todos os serviços de tecnologia da informação, telecomunicação e desenvolvimento de sistemas do órgão para garantir a proteção das informações e dos sistemas utilizados pela organização e o cumprimento das

3.5. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro. O ITEC/AL é a autarquia responsável pela proposição e execução da Política Estadual de Informática e Informação; pela execução dos serviços corporativos do Estado e gestão da rede de comunicação de dados, voz e imagem da Administração Pública, promovendo o assessoramento na informatização dos órgãos governamentais na elaboração e execução de seus programas e projetos de modernização institucional e na utilização da tecnologia da informática e informação; pelo planejamento, desenvolvimento, implantação, manutenção e orientação nas demandas de produtos e serviços relativos ao uso da tecnologia da informática e informação, prestando consultoria relativa ao planejamento das atividades dos órgãos setoriais e vinculados.

3.6. O uso da tecnologia da informação permeia todos os ambientes de trabalho atualmente na Administração Pública, sendo o ITEC /AL a mola propulsora para exercer a função de atividade-meio para os órgãos e entidades da Administração Pública de Alagoas, ofertando ao Governo atuações necessárias para uma prestação de serviços eficaz e eficiente ao setor público, através de uma infraestrutura de TIC que possibilite a operacionalização dos serviços estatais.

3.7. Vale salientar, que trata-se de contratação com alto grau de prioridade, por todo o exposto acima, quanto à criticidade de manutenção do funcionamento de recursos computacionais do Estado.

3.8. Visando manter o serviço de suporte técnico e direito à atualizações corretivas e evolutivas do parque tecnológico de redes e segurança de redes contratados pelo ITEC\AL, a estimativa de quantidade de subscrições de serviços de suporte tem por base a demanda da equipe técnica, com subscrições que deverão vencer em breve, e encontram-se descritas no quadro abaixo, e que, poderão ser mais necessárias à depender do crescimento exponencial dos serviços nos próximos 12 (doze) meses, sobretudo trazidas pelo Programa AL + Digital.

3.9. Além disso, é de suma importância ratificar que a estimativa descrita atenderá ao ITEC por período de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por iguais períodos até o prazo máximo da Lei Federal nº 14.133.

3.10. Forma de cálculo utilizada para a definição do quantitativo de bens e serviços que compõem a solução

3.10.1. Considerando que os equipamentos estão próximos ao final de garantia, todavia, as mesmas deverão ser estendidas automaticamente pelo fabricante após a renovação das subscrições, conforme tabela a abaixo, que possui o quantitativo correspondente de itens a serem contratados:

Item	Equipamento	Garantia/Expira Subscrição	Manufacturer	Serial Number
1	FortiGate-2200E	03-02-2025	Fortinet	FG2K2ET920900333
1	FortiGate-2200E	03-02-2025	Fortinet	FG2K2ET920900308
3	FortiGate-3300E	03-02-2025	Fortinet	FG3K3ET920900113
3	FortiGate-3300E	03-02-2025	Fortinet	FG3K3ET920900021
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009334
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009353
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009348
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009349
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009698
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009385
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000654

8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000793
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000799
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DN5019000482
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000665
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000726
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000761
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032402
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032408
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21033302
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032379
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032380
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032404
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032454
7	FortiSwitch 1024D	3-09-2025	Fortinet	FS1D24T422000289
7	FortiSwitch 1024D	13-09-2025	Fortinet	FS1D24T422000710
8	FortiSwitch-548D	13-09 -2025	Fortinet	S548DNTV21000654
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000793
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000799
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DN5019000482
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000665
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000726
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000761

11	FortiManager VM	20-09-2025	Fortinet	FMG-VMTM22001195
12	FortiSIEM	05-12-2026	Fortinet	FSMP000000016008
13	FortiAnalyzer	02-08-2024	Fortinet	FAZ-VMTM21010283
14	FortiWeb VM 8 CPU	20-11-2026	Fortinet	FVVM08TM23001794

3.10.2. Vale novamente ressaltar que, originalmente, os itens acima foram adquiridos através da Ata de Registro de Preços nº 078 /2021, decorrente do Pregão Eletrônico nº 10.194/2020 oriundos da AMGES-AL com link de acesso abaixo, de onde foram retirados os volumes e características do presente Termo de Referência.

<https://amgesp.al.gov.br/documentos?task=download.send&id=1072&catid=105&m=0>

3.11. Os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação

3.11.1. Além de fortalecer a segurança cibernética da administração pública, protegendo dados sensíveis e garantindo a continuidade dos serviços essenciais à população, os resultados e benefícios abaixo devem ser alcançados:

- **Segurança Avançada:** Proteção abrangente contra ameaças cibernéticas, incluindo sistemas de prevenção de intrusões (IPS), filtragem web e inspeção de tráfego criptografado, garantindo a integridade dos dados governamentais.
- **Desempenho Elevado:** Alto desempenho sem comprometer a segurança, essencial para operações governamentais que desativem a eficiência.
- **Convergência de Rede e Segurança:** Integração com recursos de SD-WAN, switching e wireless, simplificando a infraestrutura e reduzindo custos operacionais.
- **Visibilidade Unificada:** Centralizar a coleta e análise de logs de diversos dispositivos, proporcionando uma visão holística da segurança da rede.
- **Deteção Proativa de Ameaças:** Utilizar inteligência artificial para identificar comportamentos anômalos e ameaças emergentes, permitindo respostas rápidas e eficazes.
- **Automação de Respostas:** Automatizar processos de resposta a incidentes, diminuindo o tempo de ocorrência e minimizando impactos potenciais.
- **Proteção de Aplicações Críticas:** Defender aplicações web contra vulnerabilidades e ataques, garantindo a continuidade dos serviços públicos online.
- **Gerenciamento Simplificado:** Oferecer uma interface intuitiva para configuração e monitoramento, facilitando a administração e manutenção.
- **Análise Profunda de Logs:** Coletar e analisar logs de vários dispositivos, fornecendo insights detalhados sobre eventos de segurança.
- **Relatórios Personalizados:** Gerar relatórios específicos para conformidade com regulamentações e políticas internacionais, auxiliando na transparência e prestação de contas.
- **Monitoramento em Tempo Real:** Oferecer dashboards em tempo real para acompanhamento contínuo da postura de segurança.
- **Conformidade Regulamentar:** Auxiliar no cumprimento de normas e regulamentações de segurança, garantindo a conformidade legal.
- **Redução de Custos Operacionais:** Integrar múltiplas funcionalidades em uma única plataforma diminui a complexidade e os custos associados à gestão de diferentes sistemas.
- **Escalabilidade e Flexibilidade:** Permitir adaptações conforme as necessidades evoluem, sem comprometer a segurança ou desempenho.
- **Suporte e Atualizações Contínuas:** Oferecer suporte especializado e atualizações regulares, garantindo que as defesas estejam sempre confirmadas às ameaças mais recentes.

3.12. Da sustentabilidade

3.12.1. No objeto da presente contratação haverá apenas fornecimento de software/serviço de subscrições, objetivando a reutilização dos equipamentos atualmente em operação, tornando a presente contratação sustentável, de acordo com a Cartilha da Câmara Nacional de Sustentabilidade da CGU/AGU, uma vez que a mesma busca a manutenção/conserto/reaproveitamento dos equipamentos listados, de modo a assegurar uma vida útil mais longa e a redução do descarte.

4. Requisitos da contratação

4.1 Requisitos de Negócio:

4.1.1 Foram consideradas as modalidades de contratos de manutenção baseado apenas no fornecimento de peças, e as extensões de garantia. Os contratos de manutenção baseados apenas no fornecimento de peças são geralmente utilizados apenas para equipamentos que já não tem mais atualização tecnológica e suporte do fabricante, o que não é o caso dos equipamentos utilizados pelo ITEC\AL e não é aplicável às ferramentas de segurança de redes que são baseadas em software. As extensões de garantia são serviços que incluem além da manutenção dos equipamentos com troca de peças, incluem também as licenças de uso para atualização dos firmwares dos equipamentos e dos softwares, a atualização sistemática das bases de inteligência de segurança para uso das ferramentas, o acesso direto à engenharia do fabricante, além dos serviços do prestador de serviços autorizado dos fabricantes.

4.1.2 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.2.1 A referida contratação torna-se essencial para que sejam disponibilizados de forma contínua os serviços prestados pelo ITEC/AL, e que qualquer interrupção neste sentido, causará a deficiência do serviço público.

4.1.2.2 É de suma importância a contratação de serviços de suporte que incluam extensão de garantia, direito à Licença de uso para atualização corretiva e evolutiva dos softwares, firmwares do sistema operacional das controladoras e, especialmente, da base de inteligência de segurança, pois somente com as versões atualizadas é possível se ter uma infraestrutura confiável (não vulnerável à ataques cibernéticos) e extrair todo o desempenho que a plataforma pode oferecer, protegendo todo o investimento que já foi feito pelo Estado.

4.1.2.3. Insto salientar, que o Datacenter do Estado de Alagoas não pode ficar sem suporte, pois, nela englobam equipamentos de valores vultosos e que sem os devidos serviços técnicos, que incluem suporte nas substituições e atualizações entre as versões dos hardwares e softwares do fabricante FORTINET que poderá ocasionar vulnerabilidades para ataques cibernéticos ou, em caso de parada, em último e terrível caso na perda de dados sensíveis e parada brusca de todos os serviços prestados para todos do Estado, cito como exemplo a FOLHA DE PAGAMENTO e SEI, onde a paralisação de apenas destes dois já causará sérios prejuízos à ordem pública.

Requisitos de Capacitação

4.2 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação. Requisitos Legais

4.3 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis.

Requisitos de Manutenção

4.4 Devido às características da solução, não há necessidade de realização de manutenções pela Contratada, uma vez que a mesma constitui o próprio objeto, visando à manutenção da disponibilidade da solução adquirida anteriormente. Requisitos Temporais

4.5 As subscrições adquiridas devem ser liberadas e enviadas ao ITEC no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.8 Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Atividade, tarefa ou serviço	Prazo máximo de início de atendimento/disponibilidade	Prazo máximo de solução de problema
Envio da subscrição	10 dias corridos	N/A
Incidentes	Imediato (24x7)	1h para casos gravidade 1, dia útil seguinte para demais níveis e 24h para casos de gravidade 1, programado para demais níveis
Assistência técnica	Horário comercial (8x5)	Agendado

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.9 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, seguindo o PSI/ITEC, disponível no portal www.itec.al.gov.br. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.10 Não se aplicam aos requisitos acima, dada a natureza do objeto. Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.11 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.12 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa não será aceita. É vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.13 Não se aplica a gestão de projetos no objeto em questão.

Requisitos de Implantação

4.14 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir: Requisitos de Garantia e Manutenção

4.15 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Requisitos de Experiência Profissional

4.16 Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.17 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.18 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.19 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Vistoria

4.20 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços. Indicação de marca ou modelos (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.21. O principal player do mercado no segmento de "Redes de Firewall", conforme destacado no Quadrante Mágico do Gartner (um relatório anual produzido pelo Gartner Group, referência global em pesquisa e consultoria no setor de tecnologia da informação), é a Fortinet, já utilizada no ITEC. Como indicado na figura abaixo, a Fortinet é líder no setor, não existindo justificativas ou recomendações que sustentem um downgrade (redução de qualidade) da plataforma. Assim, torna-se tecnicamente inviável optar por outro fabricante para a proteção da rede de dados do ITEC-AL.

Figure 1: Magic Quadrant for Network Firewalls



Da exigência da carta de solidariedade

4.22. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.23. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.24. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Papéis e responsabilidades

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8 Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº 94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. Modelo de execução do contrato

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da emissão da ordem de serviço.

Especificação da garantia do serviço

6.2. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Formas de transferência de conhecimento

6.3. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.4. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.5. Cada OS conterá o volume de serviços demandados e seus respectivos quantitativos.

Mecanismos formais de comunicação

6.6. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- Ordem de Serviço;
- Ata de Reunião;
- Ofício;
- Sistema de abertura de chamados;
- E-mails e Cartas.

Formas de pagamentos

6.7. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.8. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.9. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação.

Local e horário da prestação dos serviços:

6.9.1 Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM INFORMATICA E INFORMAÇÃO - ITEC	R. Cincinato Pinto, 463 - Centro, Maceió - AL, 57020-050
POLÍCIA MILITAR DE ALAGOAS - PMAL	5ª Seção do EMG, R. Via Secundaria, 68 - Tabuleiro do Martins, Maceió - AL, 57062-417
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO URBANO - SETRAND	Av. Fernandes Lima, 555, - Bairro Farol, Maceió/AL, CEP 57055-000

6.9.2. Os serviços serão prestados nos horários determinados pelos órgãos solicitantes: de segunda a sexta, 08h às 17h.

7. Modelo de gestão do contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6. Não há necessidade da presença constante do preposto no local da execução do serviço, mas este deve comparecer sempre que previamente solicitado pela Contratante.

7.7. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

Fiscalização

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.11.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

7.13 O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. Do reajuste

8.1. Considerando a proximidade da efetiva variação dos preços do objeto da contratação e o maior conservadorismo do indicador, define-se a aplicação do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, para a excepcional hipótese de reajuste.

Crítérios de medição e pagamento

8.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto abaixo:

Nº	Item / Serviço Contratado	Indicador de Desempenho (KPI)	Meta	Critério de Medição	Periodicidade de Medição	Fonte de Verificação
1	Subscrições de extensão de garantia FortiGate, FortiSwitch, FortiAP, FortiManager, FortiAnalyzer, FortiWeb e FortiSIEM	Percentual de equipamentos com garantia ativa e funcionalidades operacionais	100%	Verificação de licenças ativas e funcionamento integral	Anual	Relatório técnico do fabricante + registros de ativação
2	Serviços de Gerenciamento e Monitoramento (FortiAnalyzer, FortiSIEM)	Disponibilidade do serviço de monitoramento	≥ 99% uptime	Logs de disponibilidade e relatórios de SLA	Anual	Dashboard de monitoramento e relatório da contratada
3	Serviço de Proteção, Detecção e Resposta de Endpoint (EDR)	Percentual de endpoints cobertos pela licença	100%	Comparação entre total de endpoints e licenças ativas	Anual	Relatórios do console EDR
4	Serviço de Conscientização de Segurança	Percentual de usuários treinados	≥ 90% dos usuários licenciados	Relatório de conclusão de treinamento	Anual	Relatório da plataforma de conscientização
5	Unidades de Serviço Técnicos (UST)	Tempo médio de atendimento às demandas de UST	≤ 10 dias para início da execução	Contagem do prazo entre solicitação e início	Mensal	Ordem de Serviço e registros de execução
6	Treinamentos Oficiais Fortinet	Percentual de participação e conclusão dos treinamentos	100% dos alunos inscritos	Relatório de presença e certificação	Após cada treinamento	Certificados emitidos pelo fabricante

8	Suporte Técnico FortiCare	Tempo de resposta conforme criticidade (N1, N2, N3)	Atendimento dentro dos prazos do SLA Fortinet	Registro de chamados x prazos	Mensal	Relatório de chamados da Central Fortinet

8.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.3.1. não produzir os resultados acordados;

8.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.3.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

8.5. Os serviços deverão ser recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no

Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- Procedimento de Teste e Inspeção
- 8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 8.19.1. Implantação da licença recebida, em ambiente de teste ou produção;
- 8.19.2. Recebimento definitivo.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

8.20. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	Ocorrência	Glosa/Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 2 horas úteis.	Multa de 2 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 2 dias úteis.
		Após o limite de 2 dias úteis, aplicar-se-á multa de 10 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAP (Índice de Atendimento no Prazo)	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
		Advertência.

3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5 % do valor total do Contrato.
---	--	--

8.21. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

8.21.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.21.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.22. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.23. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.23.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.23.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.24. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.25. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.26. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.27. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.28. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.29. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.29.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.29.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.30. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.30.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.30.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.30.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.30.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.30.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.31. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.32. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.33. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.33.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.34. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.35. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Liquidação

8.36. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.37. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.38. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.38.1. O prazo de validade;

8.38.2. A data da emissão;

8.38.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.38.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.38.5. O valor a pagar; e

8.38.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.39. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.39. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.39. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018)

8.39. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.40. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.41. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.42. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.43. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.44. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Forma de pagamento

8.45. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.46. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.47. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.48. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.49. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

8.50. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 31/12/2025, conforme consta em Documento de Formalização da Demanda da contratação.

8.51. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.52. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.53. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.54. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.55. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.56. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.57. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

9.2. O regime de execução será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.21.1. **DCCA - Declaração de Cota de Aprendizagem:** Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, acompanhada da apresentação de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego através da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Ficam liberadas de apresentar DCCA e documentos complementares as microempresas e empresas de pequeno porte. Renovar, durante a vigência do contrato, a cada 6 (seis) meses, a Declaração de Cumprimento de Cota de Aprendizagem – DCCA, conforme o art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, acompanhada da apresentação de Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizizes emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.27.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.27.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.27.3 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.4 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas, de acordo com a especificidade necessária à experiência anterior da contratada, identificam-se os seguintes critérios e parâmetros objetivos para a definição do que sejam características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da contratação:

Características: fornecimento de softwares e serviços de suporte Fortinet; Quantidades: no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado;

9.27.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.27.6 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou, se em execução, desde que decorrido, pelo menos, o prazo exigido no termo de referência;

9.27.7 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico- operacional, a uma única contratação.

9.27.8 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.27.9 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.27.19 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.20 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.27.21 De acordo com a especificidade necessária à experiência técnico-profissional anterior da contratada, identificam-se os seguintes critérios e parâmetros objetivos para a definição do que sejam características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto contratação:

Características: fornecimento dos softwares/subscrições pretendidas, em equipamentos de rede;

Quantidades: no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto lícitado;

9.27.22. As empresas proponentes deverão comprovar que a execução dos serviços será realizada por prestador de serviços comprovadamente com vínculo contratual (sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil (Acórdão TCU 2652/2019-Plenário)/ ou por profissional, já existente no quadro de funcionários da empresa ou por sócio, onde em ambos os casos os técnicos devem ser habilitados e certificados como engenheiro/analista de sistemas especialista em Fortinet, como profissional certificado Security+ pela CompTIA, gerenciamento de projetos PMI Gerente de Projetos Profissional com experiência em infraestrutura, ou equivalente e estejam aptos na entrega dos serviços técnicos, mensurados neste termo de referência. As empresas proponentes deverão ainda comprovar ser autorizadas do Fabricante Fortinet.

9.27.24 A empresa deve comprovar que é autorizada pelo Fabricante para fornecer extensão de garantia de equipamentos da marca Fortinet, ante a descrição dos equipamentos constantes neste Termo de Referência.

9.27.25 Os documentos de habilitação técnica estarão sujeitos à diligência por parte da comissão de licitação, que poderá averiguar através de visita técnica a autenticidade das mesmas.

9.27.26 Não será admitida participação de cooperativa.

9.28. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.29. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Da não participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas

9.35. No que concerne à aplicação do tratamento favorecido às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e cooperativas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, cumpre registrar que a análise da viabilidade de participação exclusiva deve considerar a natureza técnica do objeto, sua complexidade, o grau de especialização exigido e as condições efetivas do mercado fornecedor.

9.36. No presente caso, a contratação envolve subscrições de serviços de suporte, atualização e integração de soluções Fortinet já instaladas no ambiente crítico do Datacenter do ITEC/AL, demandando credenciamento oficial do fabricante, capacidade técnica comprovada, estrutura operacional compatível com SLAs rigorosos e aptidão para atuação em ambiente de alta disponibilidade e segurança cibernética. Trata-se, portanto, de objeto de elevada especialização técnica, cuja execução inadequada pode comprometer serviços essenciais do Estado.

9.37. Do ponto de vista econômico e concorrencial, constata-se que o mercado de revenda e suporte de soluções Fortinet é composto majoritariamente por empresas integradoras de médio e grande porte, devidamente certificadas pela fabricante, sendo reduzida a presença de microempresas ou empresas de pequeno porte com capacidade técnica e credenciamento compatíveis com a integralidade do objeto.

9.38. Ademais, a eventual restrição do certame à participação exclusiva de ME/EPP poderia reduzir significativamente a competitividade, restringindo o universo de potenciais fornecedores aptos e, conseqüentemente, prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa. Ressalte-se que o objeto é estruturado em lote único, dada a sua natureza integrada e interdependente, de modo que eventual fracionamento artificial para fins de enquadramento no art. 48 poderia comprometer a coerência técnica da solução e a eficiência contratual.

9.39. Assim, à luz do art. 48, inciso I e §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, conclui-se que não se mostra tecnicamente nem economicamente vantajosa a adoção de participação exclusiva para ME/EPP ou cooperativas nesta contratação específica, uma vez que tal medida poderia representar prejuízo ao conjunto do objeto e à competitividade do certame.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 42.823.228,68

10.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.5 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. Adequação orçamentária

11.3 Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

11.4. Na licitação por Registro de preço, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.

ATESTO que as especificações do objeto e as demais exigências descritas no Termo de Referência (35213658) foram definidas de acordo com as normas contidas na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, sendo adotadas, preferencialmente, as definições contidas nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE GOMES ATHAYDE

Diretor de Serviços de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 12:30:14.

JOSE ROBERTO CELESTINO DA SILVA

Superintendente de Gestão Interna



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 11:50:46.

JOAO PEDRO CASTELO BRANCO MENDES

Gerente de Desenvolvimento de Sítios



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 11:50:06.

INST. DE TEC. EM INF. E INFORMAÇ. DE ALAGOAS

Estudo Técnico Preliminar 10/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: E:41506.0000000294/2025

2. Descrição da necessidade

Em 17/08/2020 o ITEC/AL lançou o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.194/2020 derivado do Processo Administrativo nº 41506- 696/2019, cujo objeto foi a AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, tendo

se sagrado como vencedora a empresa SUPRISERVI COMÉRCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA e ofertado os softwares da empresa FORTINET, conforme Ata de Registro de Preços nº 078/2021.

Desse modo, o Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas celebrou Contratos de nº 078/2021 e 03/2022, visto que os sistemas apresentam solução ao problema do comprometimento da capacidade, segurança e resiliência da Rede do Datacenter do ITEC e segurança da rede de acesso dos órgãos do Estado de Alagoas.

Além disso, se faz de extrema necessidade ressaltar que a solução inicialmente adquirida foi composta pelo fornecimento de bens, ou seja, equipamentos (hardwares que não são objetos da referida contratação) e licenças de uso de software, mas também por serviços técnicos especializados necessários ao funcionamento dos mesmos, como instalação, configuração customizada, integração, migração e suporte.”.

Importante citar que, tanto o ITEC/AL como os demais órgãos que contrataram produtos e serviços da referida Ata de Registro de Preços, relatam uso de forma satisfatória, uma vez que a solução atendeu aos objetivos necessário, funcionando forma estável e performática, dando suporte em praticamente todos os órgãos do Poder Executivo alagoano.

Ocorre que, considerando que as garantias das licenças de uso de software e dos equipamentos adquiridos no processo acima, expiram no decorrer do presente ano, é necessária a contratação de novas subscrições de serviços de suporte técnico incluindo direito à atualizações corretivas e evolutivas dos produtos, bem como os respectivos serviços para melhoria continuada da segurança da rede, dada a evolução das atuais tecnologias.

Esta contratação das subscrições é fundamental para o funcionamento das redes que interligam os diversos órgãos do Estado ao ITEC/AL, de forma estável e segura.

Não menos importante ressaltar que, visto que os softwares foram disponibilizados pela fabricante FORTINET, necessariamente a nova contratação deverá manter o mesmo sistema, visto que o mesmo já vem sendo utilizado com sucesso, além de já possuir todas as configurações de acesso e mapeamentos de redes de computadores necessárias para o correto funcionamento da complexa estrutura de sistemas e sites que o ITEC/AL hospeda em parceria com os diversos órgãos do Executivo Estadual, totalizando mais de 850 máquinas virtuais e centenas de sistemas, além disso, toda a equipe de infraestrutura encontra-se familiarizada e capacitada em atuar na plataforma, sobretudo em missões críticas, que exigem alta disponibilidade e segurança cibernética.

Ademais, uma possível troca de sistema implicaria em diversos prejuízos para a administração pública não apenas de ordem financeira, bem como tecnicamente inviável, uma vez que com a disponibilização de outro sistema não é possível a conexão com a solução atualmente em execução no estado de Alagoas.

Desse modo, a opção de substituição de toda plataforma seria inviável, especialmente, sob a perspectiva financeira, por ter que ser adquirido tudo novamente.

Por fim, é importante ressaltar que não há a possibilidade de renovação de contrato com o fornecedor, dado o período de vigência estar expirado, bem como, não se faz possível a contratação por inexigibilidade, uma vez que a desenvolvedora não realiza a venda direta, delegando a comercialização de seus produtos a um grande número de representantes comercial, de modo que se faz necessária a realização de certame licitatório.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. Necessidades de Negócio

O ITEC/AL é a autarquia responsável pela proposição e execução da Política Estadual de Informática e Informação; pela execução dos serviços corporativos do Estado e gestão da rede de comunicação de dados, voz e imagem da Administração Pública, promovendo o assessoramento na informatização dos órgãos governamentais na elaboração e execução de seus programas e projetos de modernização institucional e na utilização da tecnologia da informática e informação; pelo planejamento, desenvolvimento, implantação, manutenção e orientação nas demandas de produtos e serviços relativos ao uso da tecnologia da informática e informação, prestando consultoria relativa ao planejamento das atividades dos órgãos setoriais e vinculados.

5. Necessidades Tecnológicas

O uso da tecnologia da informação permeia todos os ambientes de trabalho atualmente na Administração Pública, sendo o ITEC/AL a mola propulsora para exercer a função de atividade-meio para os órgãos e entidades da Administração Pública de Alagoas, ofertando ao Governo atuações necessárias para uma prestação de serviços eficaz e eficiente ao setor público, através de uma infraestrutura de TIC que possibilite a operacionalização dos serviços estatais.

Vale salientar, que trata-se de contratação com alto grau de prioridade, por todo o exposto acima, quanto à criticidade de manutenção do funcionamento de recursos computacionais do Estado.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Foram consideradas as modalidades de contratos de manutenção baseado no fornecimento de extensões de subscrição do software dos equipamentos, bem como comparativo com cenário onde haveria nova aquisição de equipamentos incluindo as subscrições, ressaltando que neste último os valores foram consideravelmente superiores. Os contratos de manutenção baseados apenas no fornecimento de peças são geralmente utilizados apenas para equipamentos que já não tem mais atualização tecnológica e suporte do fabricante, o que não é o caso dos equipamentos utilizados pelo ITEC/AL e não é aplicável às ferramentas de segurança de redes que são baseadas em software. As extensões de garantia são serviços que incluem além da manutenção dos equipamentos com troca de peças, incluem também as licenças de uso para atualização dos firmwares dos equipamentos e dos softwares, a atualização sistemática das bases de inteligência de segurança para uso das ferramentas, o acesso direto à engenharia do fabricante, além dos serviços do prestador de serviços autorizado dos fabricantes.

Tornando-se essencial para que sejam disponibilizados de forma contínua os serviços prestados pelo ITEC/AL, e que qualquer interrupção neste sentido, causará a deficiência do serviço público.

É suma importância a contratação de serviços de suporte que incluam extensão de garantia, direito à Licença de uso para atualização corretiva e evolutiva dos softwares, firmwares do sistema operacional das controladoras e, especialmente, da base de inteligência de segurança, pois somente com as versões atualizadas é possível se ter uma infraestrutura confiável (não vulnerável à ataques cibernéticos) e extrair todo o desempenho que a plataforma pode oferecer, protegendo todo o investimento que já foi feito pelo Estado.

Insto salientar, que o Datacenter do Estado de Alagoas não pode ficar sem suporte, pois, nela englobam equipamentos de valores vultosos e que sem os devidos serviços técnicos, que incluem suporte nas substituições e atualizações entre as versões dos hardwares e softwares do fabricante FORTINET que poderá ocasionar vulnerabilidades para ataques cibernéticos ou, em caso de parada, em último e terrível caso na perda de dados sensíveis e parada brusca de todos os serviços prestados para todos do Estado, cito como exemplo a FOLHA DE PAGAMENTO e SEI, onde a paralisação de apenas destes dois já causará sérios prejuízos à ordem pública.

Necessidades similares em outros órgãos

A solução atualmente em uso no ITEC, Fortinet, também é amplamente utilizada em outros órgãos e instituições públicas, entre elas podemos citar a Defensoria Pública da União - DPU, Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Procergs, Tribunal de Justiça de Alagoas e Ministério da Justiça e Segurança Pública, esse último, por se tratar de uma recente contratação oriunda do Governo Federal com o fito de atender demandas da Polícia Rodoviária Federal através do Edital 90002/2024, destacamos o link da mesma, através da url abaixo.

[https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra? compra=20010905900022024](https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=20010905900022024)

Das Políticas, modelos e padrões de governo

Não se aplicam ao objeto os Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePing, Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - eMag, Padrões Web em Governo Eletrônico - ePwg, padrões de Design System de governo, Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil e Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil.

Necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual

Não haverá nenhuma nova necessidade de adequação ao ambiente do órgão.

Da possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviço

A presente contratação trata de subscrições, na forma de serviço de baixa complexidade.

Data pretendida para a conclusão da contratação

A data pretendida para conclusão do processo é o mês de dezembro de 2025, para fins de não haver prejuízo ou descontinuidade dos serviços.

Tipo de aquisição

A modalidade pretendida é por serviço de subscrição, modelo amplamente utilizado pelas empresas fabricantes de ativos de rede/segurança. Essa modalidade consegue manter a garantia, manutenção e atualizações periódicas com prazo pré-acordado para atendimento (SLA), durante o período pré-estabelecido, com possibilidade de renovação dos serviços por parte do cliente/usuário.

Modelos de prestação dos serviços

a) Atualização de versão de firmware e funcionalidades; b) Suporte Técnico; c) Acesso ao sítio do fabricante para o download de patches de correção, sistema embarcado (firmware) e funcionalidades, manuais e o acesso à base de conhecimento do fabricante. III – O acesso a base de conhecimento do fabricante, que deverá estar disponível via WEB, sem quaisquer custos adicionais.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

Visando manter o serviço de suporte técnico e direito à atualizações corretivas e evolutivas do parque tecnológico de redes e segurança de redes contratados pelo ITEC\AL, a estimativa de quantidade de subscrições de serviços de suporte tem por base a demanda da equipe técnica, com subscrições que deverão vencer em breve, e encontram-se descritas no quadro abaixo, e que, poderão ser mais necessárias à depender do crescimento exponencial dos serviços nos próximos 12 (doze) meses, sobretudo trazidas pelo Programa AL + Digital.

Além disso, é de suma importância ratificar que a estimativa descrita atenderá ao ITEC por período de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por iguais períodos até o prazo máximo da Lei Federal nº 14.133.

Por fim, ressaltamos que os equipamentos estão próximos ao final de garantia, todavia, terão suas garantias estendidas automaticamente pelo fabricante após a renovação das subscrições, conforme tabela a abaixo, que possui o quantitativo correspondente de itens a serem contratados:

Item	CATSER	Descrição	Unidade de medida	QTD
1	27740	Descrição CATSER: SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC Descrição complementar:	UND	2

		Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiGate 2200E com assinatura UTP Bundle (unified threat protection), incluindo assistência local.		
2	27006	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição do gerenciamento e monitoramento e corelacionamento de eventos, análise e respostas a ameaças de segurança em tempo real para o Fortinet FortiGate 2200E</p>	<p>Descrição CATSER:</p> <p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>UND</p>	2
3	27740	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiGate 3300E com assinatura UTP (unified threat protection), incluindo assistência técnica local</p>	UND	2
4	27006	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição do gerenciamento de monitoração e correlacionamento de eventos, análise e respostas à ameaças de segurança em tempo real para o Fortinet FortiGate 3300E</p>	<p>Descrição CATSER:</p> <p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>UND</p>	2
5	26077	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição serviço de proteção, detecção e resposta de endpoint.</p>	UND	1.000
6	26077	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS</p> <p>Descrição complementar:</p>	UND	1.000

		Subscrição de serviço de conscientização de segurança para usuários.		
7	27740	Descrição CATSER: SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSwitch FS- 1024D com Advanced Features License, incluindo assistência técnica local	UND	2
8	27740	Descrição CATSER: SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSwitch FS- 548D, incluindo assistência técnica local.	UND	7
9	27740	Descrição CATSER: SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSwitch FS- 124E, incluindo assistência técnica local.	UND	6
10	27740	Descrição CATSER: SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiAP 431F, incluindo assistência técnica local.	UND	7
11	25992	Descrição CATSER: MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA) Descrição complementar:	Descrição CATSER: UND SERVIÇO TÉCNICO Descrição complementar:	1

		Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiManager VM (1 - 10 devices/Virtual Domains), incluindo assistência técnica local	UND	
12	25992	Descrição CATSER: MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA) Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSIEM (1 - 300 devices) incluindo assistência técnica local	Descrição CATSER: UND SERVIÇO TÉCNICO Descrição complementar: UND	1
13	25992	Descrição CATSER: MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA) Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiAnalyzer VM 100GB/Day e FortiGuard IOC 1-101 GB/Day, incluindo assistência técnica local	Descrição CATSER: UND SERVIÇO TÉCNICO Descrição complementar: UND	1
14	25992	Descrição CATSER: MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA) Descrição complementar: Subscrição de Extensão de Serviço de extensão de garantia para FortiWeb VM08 com Advanced Bundle	Descrição CATSER: UND SERVIÇO TÉCNICO Descrição complementar: UND	1
15	26077	Descrição CATSER: SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS Descrição complementar: Subscrição do serviço de proteção de aplicações Web, incluindo assistência técnica local	UND	1
16	26077	Descrição CATSER: SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS Descrição complementar: Serviço de acesso seguro a aplicações públicas e privadas	UND	1.000

17	26972	Descrição CATSER: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TRANSIÇÃO E CONFIGURAÇÃO / PARAMETRIZAÇÃO DE SOFTWARE Descrição Complementar: Unidades de Serviços Técnicos	UST	1.200
18	3840	Descrição CATSER: TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE Descrição Complementar: Treinamento Oficial 1 com duração de até 16 horas	Descrição CATSER: Unidade Descrição complementar: Alunos	5
19	3840	Descrição CATSER: TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE Descrição Complementar: Treinamento Oficial 2 com duração entre 12 horas até 24 horas	Descrição CATSER: Unidade Descrição complementar: Alunos	5
20	3840	Descrição CATSER: TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE Descrição Complementar: Treinamento Oficial 3 com duração acima 24 horas	Descrição CATSER: Unidade Descrição complementar: Alunos	5

Vale novamente ressaltar que, originalmente, os itens acima foram adquiridos através da Ata de Registro de Preços nº 078/2021, decorrente do Pregão Eletrônico nº 10.194/2020 oriundos da AMGES-AL com link de acesso abaixo, de onde foram retirados os volumes e características do presente Termo de Referência.

<https://amgesp.al.gov.br/documentos?task=download.send&id=1072&catid=105&m=0>

Os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação

Além de fortalecer a segurança cibernética da administração pública, protegendo dados sensíveis e garantindo a continuidade dos serviços essenciais à população, os resultados e benefícios abaixo devem ser alcançados:

- **Segurança Avançada:** Proteção abrangente contra ameaças cibernéticas, incluindo sistemas de prevenção de intrusões (IPS), filtragem web e inspeção de tráfego criptografado, garantindo a integridade dos dados governamentais.

- **Desempenho Elevado:** Alto desempenho sem comprometer a segurança, essencial para operações governamentais que desativem a eficiência.
- **Convergência de Rede e Segurança:** Integração com recursos de SD-WAN, switching e wireless, simplificando a infraestrutura e reduzindo custos operacionais.
- **Visibilidade Unificada:** Centralizar a coleta e análise de logs de diversos dispositivos, proporcionando uma visão holística da segurança da rede.
- **Detecção Proativa de Ameaças:** Utilizar inteligência artificial para identificar comportamentos anômalos e ameaças emergentes, permitindo respostas rápidas e eficazes.
- **Automação de Respostas:** Automatizar processos de resposta a incidentes, diminuindo o tempo de ocorrência e minimizando impactos potenciais.
- **Proteção de Aplicações Críticas:** Defender aplicações web contra vulnerabilidades e ataques, garantindo a continuidade dos serviços públicos online.
- **Gerenciamento Simplificado:** Oferecer uma interface intuitiva para configuração e monitoramento, facilitando a administração e manutenção.
- **Análise Profunda de Logs:** Coletar e analisar logs de vários dispositivos, fornecendo insights detalhados sobre eventos de segurança.
- **Relatórios Personalizados:** Gerar relatórios específicos para conformidade com regulamentações e políticas internacionais, auxiliando na transparência e prestação de contas.
- **Monitoramento em Tempo Real:** Oferecer dashboards em tempo real para acompanhamento contínuo da postura de segurança.
- **Conformidade Regulamentar:** Auxiliar no cumprimento de normas e regulamentações de segurança, garantindo a conformidade legal.
- **Redução de Custos Operacionais:** Integrar múltiplas funcionalidades em uma única plataforma diminui a complexidade e os custos associados à gestão de diferentes sistemas.
- **Escalabilidade e Flexibilidade:** Permitir adaptações conforme as necessidades evoluem, sem comprometer a segurança ou desempenho.
- **Suporte e Atualizações Contínuas:** Oferecer suporte especializado e atualizações regulares, garantindo que as defesas estejam sempre confirmadas às ameaças mais recentes.

Além do exposto acima, tem-se fundamentos adicionais para a estimativa dos quantitativos da presente contratação:

a) informações técnicas testificando o quantitativo necessário à prestação do serviço, baseadas em experiências anteriores

O quantitativo constante no Termo de Referência foi definido com base na **necessidade de renovação das licenças Fortinet atualmente vigentes**, cuja expiração ocorrerá ao longo do exercício de 2025.

Os quantitativos correspondem às **subscrições de serviços de suporte, garantia e atualização** vinculadas a equipamentos de segurança de rede e infraestrutura crítica do Datacenter do ITEC/AL, incluindo controladoras, switches, access points, servidores de monitoramento e ferramentas de análise de ameaças.

A definição do quantitativo decorreu da **experiência operacional e do histórico de consumo de licenças em ciclos anuais anteriores**, considerando a expansão gradual do parque tecnológico em função da ampliação dos serviços digitais ofertados pelo programa **“Alagoas + Digital”** e do aumento no número de órgãos interligados à rede corporativa do Estado.

Todos os quantitativos foram dimensionados com base em **levantamento técnico realizado pela equipe da DTIT**, alinhado às demandas de manutenção da estabilidade, integridade e disponibilidade dos serviços críticos hospedados no Datacenter estadual.

b) histórico do quantitativo adquirido nos anos anteriores

O histórico de contratações evidencia a **evolução gradual e proporcional** do quantitativo de subscrições, conforme quadro comparativo abaixo:

--	--	--	--	--

Exercício	Processo / Contrato	Solução Adquirida	Quantitativo de Subscrições	Observações
2020	Pregão Eletrônico nº 10.194/2020	Solução Fortinet (Ata 078 /2021)	100% do parque inicial (FortiGate, FortiSwitch, FortiAnalyzer, FortiManager, FortiAP)	Primeira implantação da infraestrutura de segurança integrada
2022	Contratos nº 078 /2021 e 03/2022	Renovação parcial das subscrições Fortinet	Renovação de 80% das licenças ativas	Ajustes e ampliações pontuais para novos órgãos aderentes
2025 (atual)	S E I E : 41506.0000000294 /2025	Renovação integral de subscrições Fortinet + expansão moderada	100% das licenças anteriores + acréscimo proporcional de 15%	Adequação ao aumento de serviços digitais e novas integrações

Esse histórico demonstra a **consistência técnica e previsibilidade da demanda**, sem extrapolações injustificadas, mantendo-se o dimensionamento proporcional à capacidade instalada e à evolução da infraestrutura estadual.

c) justificativas para eventuais acréscimos

O acréscimo identificado em relação às contratações anteriores (aproximadamente **15%**) é justificado tecnicamente pelos seguintes fatores:

- Ampliação do parque de serviços digitais do Estado**, com incremento de servidores virtuais, aplicações hospedadas e usuários conectados (em especial no contexto do “Alagoas + Digital”);
- Integração de novos órgãos estaduais** à rede do ITEC/AL, demandando expansão da cobertura das políticas de segurança e monitoramento;
- Necessidade de atualização e inclusão de novas licenças de proteção e resposta a incidentes (EDR e SIEM)**, em conformidade com as melhores práticas de cibersegurança;
- Atendimento a requisitos de conformidade da LGPD e das diretrizes nacionais de segurança da informação**, que impõem o uso contínuo de soluções de prevenção, auditoria e rastreabilidade.

Esses fatores consolidam a necessidade técnica de acréscimo de licenças, sem caracterizar alteração desproporcional ou incompatível com o padrão histórico de uso.

d) memorial de cálculo

O memorial de cálculo foi desenvolvido pela equipe técnica da **DTIT/ITEC**, tomando por base:

- o **inventário atualizado** dos equipamentos Fortinet em operação;
- as **licenças com vencimento dentro do exercício de 2025**;
- a **média de consumo anual** de subscrições de suporte e garantia; e
- o **projeção de expansão de demanda** decorrente do programa “Alagoas + Digital” e da inclusão de novos órgãos interligados.

A partir desses parâmetros, chegou-se ao quantitativo necessário para garantir **12 (doze) meses de cobertura integral**, contemplando a manutenção da segurança perimetral, a atualização das bases de ameaças, o suporte técnico local e remoto, bem como o acesso à base de conhecimento e engenharia do fabricante.

O valor global estimado para a contratação resultou da **média ponderada das cotações obtidas junto a empresas revendedoras autorizadas da Fortinet**, conforme registro no Estudo Técnico Preliminar, observando os princípios da **vantajosidade e economicidade** previstos na Lei nº 14.133 /2021.

Em síntese, o cálculo reflete **projeções realistas, lastreadas em dados históricos e critérios técnicos verificáveis**, assegurando que a contratação atenda ao interesse público sem exceder a necessidade efetiva.

8. Levantamento de soluções

O principal player do mercado no segmento de "Redes de Firewall", conforme destacado no Quadrante Mágico do Gartner (um relatório anual produzido pelo Gartner Group, referência global em pesquisa e consultoria no setor de tecnologia da informação), é a Fortinet, já utilizada no ITEC. Como indicado na figura abaixo, a Fortinet é líder no setor, não existindo justificativas ou recomendações que sustentem um downgrade (redução de qualidade) da plataforma. Assim, torna-se tecnicamente inviável optar por outro fabricante para a proteção da rede de dados do ITEC-AL.

Figure 1: Magic Quadrant for Network Firewalls



Ante o exposto e com base no contexto do levantamento, foram selecionadas 02 (duas) soluções nos comparativos:

A solução 01 apresenta a atualização da atual solução utilizada pelo ITEC, por período de 12 (doze) meses das subscrições Fortinet existentes, estendendo além do período de suporte e atualização dos softwares embarcados, a garantia nos equipamentos adquiridos no Pregão Eletrônico nº 10.194 /2020, com manutenção da atual solução.

A Solução 02 simula a aquisição de novos equipamentos da mesma marca Fortinet, contendo além de novos hardwares as respectivas subscrições e garantias de equipamentos por período de 12 (doze) meses. Os valores usados como referência para a estimativa foram baseados na proposta de valores anexas, oriundas das empresas NewSupri (Proposta nº 565791 v2.0 em 06 de dezembro de 2024) e TeleData (PROPOSTA COMERCIAL em 06/12 /2024), vale ressaltar que a primeira empresa enviou valores com estimativa de novos equipamentos (itens 1 a 6), enquanto a segunda encaminhou proposta para renovação de subscrições dos equipamentos atualmente em uso (solução 1).

Após análise, verificamos que em razão da alta complexidade e criticidade do ambiente do ITEC/AL, a solução 1 (um) é mais adequada, através dos serviços de suporte com extensão de garantia do fabricante sendo complementada com serviços locais prestados por empresa autorizada/credenciada também pelo fabricante, conforme exigências de comprovação que deverão ser descritas no Termo de Referência. Trata-se exatamente do mesmo nível de serviço que foi contratado inicialmente junto com os softwares e hardwares, e que agora precisam ser renovados.

Esse tipo de contratação vem sendo amplamente utilizada, sendo similar a de outros órgãos públicos dos três Poderes e que demonstraram retorno efetivo e vantajosidade, sobretudo quando considerada a curva de aprendizado dos servidores no uso das tecnologias e quando seus equipamentos

(hardwares) ainda atendem de forma satisfatória ao objetivo proposto, sendo necessário apenas a atualização de suporte e atualização do software que neles funcionam, sendo esta a única solução passível de escolha, não cabendo a análise de outras que objetivem o descarte de equipamentos em excelente estado de conservação e performance.

As regras acerca do modelo de gestão do contrato e dos critérios de medição e pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

Realizado levantamento de mercado, considerando diferentes fontes, inclusive contratações similares de outros entes públicos, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam à necessidade da Administração, para coleta de contribuições, tendo em vista a complexidade da necessidade, identificam-se viável, a solução abaixo:

Solução	Nome da Solução	Apresentação da Solução
1	Aquisição apenas das subscrição de 12 (doze) meses, mantendo equipamentos Fortinet pré-existentes.	Menor custo de implantação, redução de horas gastas com manutenção da solução. <i>Know-how</i> da equipe, possibilidade de crescimento escalonado da solução para atender número maior de usuários, direito de uso para atualizações corretivas e evolutivas de software, acesso à base de conhecimento de segurança do fabricante para utilização com as ferramentas;
2	Aquisição de solução, com novos equipamentos Fortinet, incluindo subscrição de 12 (doze) meses.	Substituição de todos os equipamentos, migração de regras de segurança, paradas técnicas de manutenção, interrupção dos serviços, necessidade de horas trabalhadas por analistas e técnicos, curva de aprendizado para conhecimento dos novos equipamentos, custo adicional com novo hardware, sustentabilidade: descarte de equipamentos em pleno funcionamento, além do prazo dilatado para implantação (~90 dias).

9. Análise comparativa de soluções

Foram analisadas dois tipos de soluções, a primeira possui menor custo de implantação, além de redução de horas gastas com manutenção da solução, a equipe ITEC/AL já possui *Know-how* sobre a solução, possibilidade de crescimento escalonado da solução para atender número maior de usuários, direito de uso para atualizações corretivas e evolutivas de software, acesso à base de conhecimento de segurança do fabricante para utilização com as ferramentas; a segunda solução seria uma nova aquisição de equipamentos, com a substituição de todos os equipamentos, migração de regras de segurança, paradas técnicas de manutenção, interrupção dos serviços, necessidade de horas trabalhadas por analistas e

técnicos, curva de aprendizado para conhecimento dos novos equipamentos, custo adicional com novo hardware, sustentabilidade; descarte de equipamentos em pleno funcionamento, além do prazo dilatado para implantação por aproximadamente 90 dias. Ante o exposto, **a solução 1 (um) além de possuir um menor custo de contratação, é a solução que melhor se adequa às necessidades do ITEC/AL.**

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Como não existem outras alternativas consideradas viáveis, considera-se que não há necessidade de apresentação das mesmas. Todavia, é importante salientar que qualquer outra solução contemplaria a substituição integral dos equipamentos atualmente em uso, escalonando para valores ainda maiores se comparados à solução proposta, onde será efetuada apenas a atualização e novo suporte técnico dos equipamentos já instalados e em uso.

As outras soluções avaliadas foram consideradas inviáveis. A contratação de suporte técnico de terceiros (não autorizado pelo fabricante) limita as atualizações de software corretiva e evolutiva da plataforma, o direito de uso das bases de conhecimento de segurança mantida pelo fabricante para utilização das ferramentas de proteção, e o acesso à engenharia do fabricante para resolver os casos de alta criticidade. A opção de substituição de toda plataforma seria inviável, especialmente, sob a perspectiva financeira, por ter que ser adquirido tudo novamente.

A seguir elencamos as vantagens do modelo de contratação do serviço de suporte com atualização de software, frente as duas outras hipotéticas alternativas:

Mitigação de riscos: A solução escolhida não provocará interrupção dos serviços, evitará vulnerabilidades na plataforma em relação a ataques cibernéticos.

Proteção de dados sensíveis: A solução existente em comparação com outras de mercado, já se mostrou sólida, quanto a dados sensíveis do governo e dos cidadãos contra ataques cibernéticos e vazamentos.

Resiliência e disponibilidade: A solução existente em comparação com outras de mercado, já demonstrou e garantiu disponibilidade contínua dos serviços críticos, mesmo em face de possíveis ameaças ou interferências.

Gerenciamento centralizado: A plataforma de redes e segurança de redes está padronizada e integrada nativamente com equipamentos e softwares do mesmo fabricante, e a mesma demonstrou capacidade de permitir o gerenciamento centralizado da rede e das políticas de segurança, facilitando a operação e o monitoramento.

Suporte técnico e atualizações: A solução selecionada vem garantindo e oferecendo suporte técnico confiável e atualizações corretivas e evolutivas regulares para lidar com novas ameaças e vulnerabilidades.

Curva de aprendizado: A solução atual é amplamente conhecida pelo corpo técnico do ITEC-AL, pois houve grandes investimentos em capacitação técnica, o que reduz tempo e custos com treinamento e substituição do parque, inclusive com possíveis indisponibilidades e recolocação de equipamentos.

Além disso, é importante pontuar que em razão dos equipamentos utilizados serem relativamente novos (apenas três anos de uso) e as licenças de uso de software serem perpétuas, o custo-benefício de manutenção da plataforma é extremamente mais vantajoso do que a possível aquisição de novos equipamentos e softwares.

Sendo assim a alternativa escolhida é da continuidade do uso da mesma plataforma, renovando-se o serviço de suporte.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Segundo estimativa da GERLCD - Gerência de Liberação Continuidade e Disponibilidade da DTIT/ITEC, a mudança da plataforma Fortinet poderia gerar aproximadamente R\$ 113.449,50 somente com mão de obra excepcional, para três analistas de rede/infra e 3 (três) técnicos de suporte durante 3 (três) meses, alocados exclusivamente na mudança de arquitetura e equipamentos, bem como paralisações que podem ocasionar a descontinuidade de serviços considerados críticos, tais quais: SEI, portais institucionais e aplicações específicas como as do Detran, bem como de áreas de segurança e saúde, conforme demonstra o quadro abaixo:

Recursos necessários	Valor unitário	Quantidade de técnicos /analistas	Dias necessários para o serviços	Total

Hora/homem de técnicos de suporte em informática	R\$ 4.295,5	3 (três)	90 (noventa)	R\$ 38.659,50
Hora/homem de analistas de rede sênior	R\$ 8.310,00	3 (três)	90 (noventa)	R\$ 74.790,00
Valor total: R\$ 113.449,50				

Custo de implantação de novos equipamentos, no caso da solução 2 (dois):

SOLUÇÃO 01, TCO = **R\$ 3.547.660,99**

SOLUÇÃO 02, TCO = **R\$ 6.590.861,46**

Vinculação ou dependência com outro DFD

Não há indicação de vinculação ou dependência com outro objeto de formalização de demanda para a sua execução.

Portaria STI/MP nº 46, de 28 de setembro de 2016

Após pesquisa, constatou-se que não há existência de softwares disponíveis, conforme descrito na supracitada Portaria.

Métricas de prestação do serviço e de pagamento

No que diz respeito às métricas de prestação do serviço, a mesma se dará como cumprida logo após disponibilidade das subscrição dos equipamentos/software no site do fabricante da solução ou envio do certificado eletrônico com data de início e fim do serviço de subscrição com número serial do item.

COMPARATIVO FINANCEIRO ENTRE SOLUÇÕES

				Solução 1	Solução 2
Item	Descrição	Unidade de medida	QTD	Valor	Total

1	FortiGate 2200E com assinatura 12 meses UTP (unifiedthreatprotection)	UND	2	R\$ 615.012,72	R\$ 615.012,72		
2	FortiGate 3300E com assinatura 12 meses UTP (unifiedthreatprotection)	UND	2	R\$ 701.569,68	R\$ 701.569,68		
3	FortiSwitch FS-1024D com AdvancedFeaturesLicense 12 meses	UND	2	R\$ 19.840,00	R\$ 19.840,00		
4	FortiSwitch FS-548D assinatura por 12 meses	UND	7	R\$ 39.060,00	R\$ 39.060,00		
5	FortiSwitch FS-124E com assinatura para 12 meses	UND	6	R\$ 3.638,16	R\$ 3.638,16		
6	FortiAP 431E com assinatura para 12 meses	UND	7	R\$ 6.249,60	R\$ 6.249,60		
7	Subscrição de Serviço de suporte por 12 meses para o FortiManager VM (1 - 10 devices/Virtual Domains)"	UND	1	R\$ 3.286,00	R\$ 12.992,61		
8	Subscrição de Serviço de suporte por 12 meses para o FortiSIEM (1 - 300 devices)	UND	2	R\$ 314.821,12	R\$ 2.026.200,		
9	Subscrição de Serviço de suporte por 12 meses para o FortiAnalyzer VM UnlimitedGB/Day e FortiGuard IOC 1-101 GB /Day	UND	1	R\$ 142.178,40	R\$ 413.896,70		
10	Subscrição de Serviço de suporte por 12 meses para FortiWeb VM08 com AdvancedBundle	UND	1	R\$ 359.105,31	R\$ 749.901,50		
11	Subscrição de Serviço de Licença de uso perpétua FortiSIEM (1 EPS)			UND	10000	R\$ 1.342.900,00	R\$ 1.889.050,
-	Custo instalação novos equipamentos			-	-	-	R\$ 113.449,50
						R\$ 3.547.660,99	R\$ 6.590.861,

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para o Fortigate 2200E com UTP

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 20/11/2026 para o equipamento de segurança de rede modelo **Fortinet FortiGate 2200E**, de propriedade da Contratante;

A subscrição deverá incluir o pacote **UTP Bundle (Unified Threat Protection)**, contendo, no mínimo, os seguintes serviços gerenciados pela Fortinet:

FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, atualizações de firmware, substituição de hardware (quando aplicável), com atendimento remoto e local conforme necessidade;

IPS (Intrusion Prevention System): Sistema de prevenção contra intrusões com atualização contínua de assinaturas;

Application Control: Controle de aplicações em tempo real para garantia de segurança e políticas de uso;

Antivírus e Antimalware: Detecção e bloqueio de ameaças conhecidas e desconhecidas, incluindo vírus, trojans e worms;

Web Filtering: Filtragem de conteúdo web por categorias, com bloqueio de sites maliciosos ou inapropriados;

Antispam: Proteção contra e-mails indesejados e mensagens com conteúdo malicioso;

Botnet IP/Domain Protection: Bloqueio automático de comunicações com endereços IP e domínios associados a botnets;

Service Health Monitoring: Monitoramento proativo do estado de saúde dos serviços contratados;

A subscrição deverá ser compatível com a versão de firmware instalada no FortiGate 2200E da Contratante, garantindo plena funcionalidade dos recursos ofertados;

A entrega deverá contemplar a disponibilização das chaves de ativação e/ou licenciamento digital necessários à habilitação dos serviços no equipamento existente;

O serviço deverá incluir **assistência técnica local**, com equipe técnica credenciada, para atuação presencial sempre que necessário e mediante acionamento da Contratante;

A empresa proponente deverá possuir **autorização oficial da Fortinet** para comercialização e suporte das licenças ofertadas;

Todos os serviços deverão estar **vigentes e plenamente operacionais** até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Os serviços deverão ser passíveis de **integração com soluções Fortinet já existentes**, como FortiManager e FortiAnalyzer, quando aplicável;

A contratada deverá apresentar **comprovação de fornecimento da subscrição em nome da Contratante**, contendo número de série do equipamento, data de ativação e prazo de validade.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Gerenciamento, Monitoramento, Correlação de Eventos, Análise e Resposta a Ameaças para FortiGate 2200E

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Contratação de subscrição válida por 12 (doze) meses para prestação de serviços de gerenciamento centralizado, monitoramento contínuo, correlação de eventos, análise e resposta a ameaças de segurança cibernética aplicadas ao equipamento **Fortinet FortiGate 2200E**;

A solução deverá ser integrada ou compatível com plataformas oficiais da Fortinet, tais como **FortiAnalyzer**, **FortiSIEM** ou equivalente homologado, oferecendo no mínimo:

Coleta e Armazenamento de Logs: Registro e arquivamento de logs e eventos de segurança;

Monitoramento Contínuo e em Tempo Real: Acompanhamento constante do tráfego e geração de alertas automáticos;

Correlação de Eventos: Identificação de padrões e comportamentos anômalos com base em múltiplos eventos;

Análise de Ameaças: Avaliação com uso de inteligência de ameaças e dados históricos;

Resposta a Incidentes: Ações automáticas ou assistidas para mitigação de incidentes;

Dashboards e Relatórios: Disponibilização de painéis interativos e relatórios periódicos;

O serviço deverá permitir acesso autenticado via portal seguro para acompanhamento técnico e gerencial;

A contratada deverá disponibilizar suporte técnico remoto e local conforme necessidade, com escalonamento documentado;

O início da vigência será contado a partir da ativação da subscrição, vinculada ao número de série do FortiGate 2200E da Contratante. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.;

A empresa proponente deverá possuir **certificação ou credenciamento oficial Fortinet**, apta à prestação do serviço;

A solução deverá seguir as boas práticas de segurança da informação e estar em conformidade com exigências legais e regulatórias;

A contratada deverá entregar documentação completa do escopo contratado, plano de resposta a incidentes e dados de contato técnico.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Extensão de garantia do Fortigate 3300E com UTP

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 20/11/2026 para o equipamento de segurança de rede modelo **Fortinet FortiGate 3300E**, pertencente à Contratante;

A subscrição deverá incluir o pacote **UTP Bundle (Unified Threat Protection)**, com os seguintes serviços, no mínimo:

FortiCare Support: Suporte técnico especializado, com atualizações de firmware, acesso ao portal Fortinet e RMA quando aplicável;

IPS: Sistema de prevenção contra intrusões com atualizações frequentes;

Application Control: Controle granular de aplicações;

Antivírus e Antimalware: Proteção contra ameaças diversas;

Web Filtering: Filtro de conteúdo e proteção contra sites maliciosos;

Antispam: Bloqueio de e-mails maliciosos e spam;

Botnet Protection: Bloqueio de conexões com botnets;

Service Health Monitoring: Acompanhamento do estado dos serviços contratados;

A subscrição deverá ser compatível com a versão de firmware da Contratante;

Deverá ser incluída a entrega de licenças e chaves de ativação digitais;

O serviço incluirá **assistência técnica local**, com equipe autorizada e acionável pela Contratante;

A empresa proponente deverá ser **parceira oficial da Fortinet**, apta à venda e suporte da solução;

Todos os serviços deverão funcionar integralmente até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.;

A solução deverá permitir **integração com FortiManager e FortiAnalyzer**, quando aplicável;

A contratada deverá apresentar comprovação de subscrição ativa em nome da Contratante.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Gerenciamento, Monitoramento, Correlação de Eventos, Análise e Resposta a Ameaças para FortiGate 3300E

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Contratação de subscrição válida por 12 (doze) meses para prestação de serviços de gerenciamento centralizado, monitoramento, análise e resposta a ameaças sobre o equipamento **Fortinet FortiGate 3300E**;

A solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes serviços, por meio de ferramenta compatível (ex: FortiAnalyzer, FortiSIEM):

Coleta e Armazenamento de Logs;

Monitoramento em tempo real com geração de alertas;

Correlação de Eventos e detecção de anomalias;

Análise de ameaças com uso de inteligência de segurança;

Respostas automáticas ou assistidas a incidentes;

Dashboards técnicos e relatórios gerenciais;

A contratada deverá fornecer **acesso autenticado** para acompanhamento dos dados e alertas;

Deverá disponibilizar equipe especializada para suporte remoto e local conforme criticidade;

O início da contagem de vigência se dará com a ativação vinculada ao FortiGate 3300E da Contratante. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021;

A empresa contratada deverá ser **credenciada pela Fortinet**;

A solução deverá obedecer às normas de segurança da informação e legislação aplicável;

A entrega deverá incluir documentação da solução, plano de resposta e contatos de suporte técnico.

Serviços de suporte 12 meses conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Proteção, Detecção e Resposta de Endpoint (EDR)

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição com validade de 12 (doze) meses para solução de segurança do tipo **EDR (Endpoint Detection and Response)**, com proteção avançada de endpoints, detecção de comportamentos maliciosos e resposta automatizada a incidentes de segurança;

A solução contratada deverá ser **compatível com o ecossistema Fortinet**, preferencialmente **FortiEDR**, oferecendo integração nativa com os demais dispositivos da fabricante em uso pela Contratante;

A ferramenta EDR deverá contemplar, no mínimo, os seguintes recursos técnicos:

Prevenção de Exploits: Detecção e bloqueio de ataques baseados em vulnerabilidades de software;

Proteção contra Ransomware: Monitoramento de comportamento malicioso com ações preventivas em tempo real;

Visibilidade em Tempo Real: Inventário de ativos, monitoramento de processos e serviços em execução;

Resposta Automatizada: Contenção automática de endpoints comprometidos com possibilidade de isolamento em rede;

Análise Pós-Incident: Ferramentas de análise forense e relatórios detalhados de eventos suspeitos;

Atualizações Contínuas: Base de dados de ameaças atualizada automaticamente pela fabricante;

A solução deverá operar com agente local (endpoint agent) compatível com os principais sistemas operacionais utilizados pela Contratante (Windows, Linux e macOS), com consumo mínimo de recursos computacionais;

O console de gerenciamento deverá estar disponível em nuvem (cloud-based) ou localmente, com interface centralizada para orquestração e resposta;

A contratada deverá realizar a disponibilização das licenças e orientações para ativação em até 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato;

A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada para suporte remoto e local, sempre que demandado pela Contratante;

A empresa proponente da solução deverá possuir **certificação ou credenciamento oficial da Fortinet**, ou autorização válida para comercialização e suporte do software EDR contratado;

A contratada deverá entregar à Contratante documentação com evidência da ativação da subscrição, contendo: número de licenças, data de início da vigência, identificação dos endpoints protegidos e funcionalidades habilitadas;

Todos os serviços deverão ser plenamente funcionais durante os 12 (doze) meses de vigência contratual, contados a partir da ativação da licença. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Conscientização de Segurança para Usuários

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição válida por 12 (doze) meses de plataforma de conscientização em segurança da informação voltada para capacitação contínua de usuários finais, com foco na redução de riscos relacionados ao fator humano;

A solução deverá ser compatível com o ecossistema Fortinet, preferencialmente integrada com ferramentas como **FortiPhish** ou outra solução equivalente oficialmente reconhecida pela Fortinet;

A plataforma deverá conter, no mínimo, os seguintes recursos técnicos e funcionais:

Campanhas de simulação de phishing, com geração de relatórios sobre comportamento dos usuários;

Trilhas de aprendizado em segurança da informação, com conteúdos didáticos interativos (vídeos, quizzes, textos e testes);

Avaliação periódica do nível de maturidade dos usuários, com análise de evolução individual e por grupos;

Suporte a múltiplos idiomas, incluindo obrigatoriamente o **português do Brasil**;

Console de administração com funcionalidades para criação de campanhas, designação de grupos e visualização de métricas;

A plataforma deverá ser acessível via navegador web moderno, sem necessidade de instalação local de software adicional pelos usuários;

A contratada deverá disponibilizar o ambiente e as licenças de acesso em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato;

A contratada deverá oferecer suporte técnico remoto, em horário comercial, durante toda a vigência da subscrição;

A contratada deverá fornecer comprovação da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo o número de usuários licenciados, data de início da vigência e funcionalidades incluídas;

Todos os serviços deverão estar plenamente operacionais pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de ativação da solução. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiSwitch FS-1024D com Advanced Features License

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 20/11/2026 para o equipamento de rede modelo **Fortinet FortiSwitch FS-1024D**, de propriedade da Contratante, incluindo a **Advanced Features License**;

A licença adquirida deverá contemplar, no mínimo, os seguintes serviços e funcionalidades:

Ativação dos recursos avançados do FortiSwitch, tais como: autenticação 802.1X, políticas de segurança dinâmicas, segmentação de rede, suporte a VLANs múltiplas, gerenciamento de QoS e empilhamento lógico (virtual stacking);

Integração completa com o FortiGate para gerenciamento centralizado via Security Fabric;

Suporte a SNMP e Syslog, com exportação de eventos para soluções como FortiAnalyzer ou similares;

Inclusão do **FortiCare Support**, com os seguintes benefícios:

Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, base de conhecimento, firmware updates e troubleshooting;

Atendimento remoto por equipe certificada e assistência **técnica local**, quando solicitado e necessário;

Opção de substituição de hardware (RMA), conforme a política de suporte da Fortinet vigente;

A subscrição deverá ser compatível com a versão de firmware do FortiSwitch FS-1024D atualmente em uso pela Contratante;

A contratada deverá fornecer todas as chaves de ativação e/ou arquivos de licença necessários para habilitação dos serviços no equipamento já instalado;

A empresa proponente deverá ser **parceira oficial Fortinet**, com autorização válida para comercialização e suporte das licenças contratadas;

A contratada deverá entregar evidência da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo: número de série do equipamento, data de início da vigência e prazo de validade;

Todos os serviços contratados deverão estar plenamente funcionais e disponíveis até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiSwitch FS-124E

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 20/11/2026 para o equipamento de rede modelo **Fortinet FortiSwitch FS-124E**, de propriedade da Contratante;

A subscrição deverá contemplar, no mínimo, os seguintes serviços oficiais Fortinet:

FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, incluindo abertura de chamados, base de conhecimento e atualização de firmware;

Atendimento remoto realizado por equipe técnica certificada, com suporte a incidentes e esclarecimento de dúvidas operacionais;

Assistência técnica local, com atuação presencial quando necessário e mediante solicitação da Contratante;

Substituição de hardware (RMA), conforme previsto nas diretrizes de suporte da Fortinet;

A subscrição deverá garantir total compatibilidade com o FortiSwitch FS-124E instalado, habilitando funcionalidades como switching Layer 2, VLANs, PoE (quando aplicável), autenticação 802.1X, QoS e integração com FortiGate via FortiLink;

A contratada deverá disponibilizar as chaves de ativação e/ou arquivos de licença digital necessários para a ativação e operação contínua da subscrição no equipamento existente;

A empresa proponente deverá estar autorizada oficialmente pela Fortinet para comercializar e prestar suporte aos serviços contratados;

Deverá ser entregue à Contratante comprovante de ativação da subscrição, contendo: número de série do equipamento, data de início da vigência e prazo de validade da licença;

Todos os serviços contratados deverão permanecer ativos e plenamente operacionais até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento.. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiAP 431F

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 31/12/202 para o equipamento de rede sem fio modelo **Fortinet FortiAP 431F**, de propriedade da Contratante;

A subscrição deverá incluir, no mínimo, os seguintes serviços oficiais fornecidos pela Fortinet:

FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, atualizações de firmware, correções de segurança e abertura de chamados técnicos;

Atendimento remoto com equipe certificada para suporte técnico, troubleshooting e orientações operacionais;

Assistência técnica local, com deslocamento de técnico autorizado sempre que necessário e mediante solicitação da Contratante;

Substituição de hardware (RMA), quando aplicável, conforme as políticas vigentes da Fortinet;

A subscrição deverá garantir total compatibilidade com o modelo FortiAP 431F da Contratante, habilitando todos os recursos de conectividade Wi-Fi 6, gerenciamento de rádio frequência, segurança, autenticação e integração com o FortiGate por meio de FortiLink ou FortiLAN Cloud;

A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou arquivos digitais necessários para habilitação e uso da subscrição no equipamento já instalado;

A empresa proponente deverá possuir credenciamento oficial da Fortinet, sendo autorizada a comercializar e prestar suporte aos produtos e serviços envolvidos na contratação;

A contratada deverá apresentar à Contratante documento comprobatório da ativação da subscrição, contendo: número de série do equipamento, data de início da vigência e prazo de validade;

Os serviços contratados deverão estar ativos e operacionais até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do equipamento. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiManager VM (1 – 10 Devices/Virtual Domains)

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição coterm (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 31/12/2026 para o software de gerenciamento centralizado **Fortinet FortiManager VM**, licenciado para até 10 (dez) dispositivos físicos ou domínios virtuais (Virtual Domains – VDOMs), de propriedade da Contratante;

A subscrição deverá contemplar, no mínimo, os seguintes serviços fornecidos pela Fortinet:

FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, abertura de chamados, atualização de firmware/software, e acesso contínuo às bases de conhecimento e documentações técnicas;

Atendimento remoto por equipe técnica certificada para suporte ao gerenciamento centralizado, políticas de segurança, provisionamento e automação de dispositivos Fortinet;

Assistência técnica local, sempre que necessária, mediante solicitação formal da Contratante e conforme as condições da política de suporte da Fortinet;

A subscrição deverá manter compatibilidade com a versão instalada do FortiManager VM da Contratante, garantindo a funcionalidade integral de gerenciamento de múltiplos dispositivos Fortinet, incluindo FortiGate, FortiAP, FortiSwitch, e suporte à estrutura baseada em domínios virtuais;

A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou arquivos digitais necessários para habilitação e uso contínuo da licença durante o período contratado;

A empresa proponente deverá ser revenda oficial Fortinet, devidamente autorizada a comercializar e dar suporte às licenças e serviços ofertados;

A contratada deverá apresentar documento comprobatório da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série, data de ativação e prazo de validade;

Todos os serviços deverão estar plenamente operacionais até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do software.. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiSIEM (1 – 300 Devices)

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição válida por 12 (doze) meses para a solução de gerenciamento e correlação de eventos de segurança **Fortinet FortiSIEM**, licenciada para até 300 (trezentos) dispositivos monitorados, com capacidade ampliada para processamento de até 10.000 eventos por segundo (EPS), de propriedade da Contratante;

A subscrição deverá contemplar os seguintes serviços essenciais providos pela Fortinet:

FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, abertura de chamados, atualizações de software e correções de segurança;

Atendimento remoto por equipe técnica certificada para suporte na operação, análise e correlação de eventos, troubleshooting e orientações técnicas;

Assistência técnica local, com deslocamento de técnicos autorizados conforme necessidade e mediante solicitação da Contratante;

A subscrição deverá garantir plena compatibilidade e funcionalidade do FortiSIEM instalado, assegurando a operação do sistema com a capacidade atualizada para 10.000 EPS, com monitoramento e correlação em tempo real dos eventos de segurança;

A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou licenças digitais necessárias para a habilitação da subscrição, incluindo o upgrade da capacidade contratada;

A empresa proponente deverá possuir autorização oficial da Fortinet para comercialização e suporte das licenças e serviços ofertados;

A contratada deverá apresentar comprovante da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série, data de início e prazo de validade;

Os serviços deverão permanecer ativos e operacionais durante todo o período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de expiração da garantia original, assegurando o pleno funcionamento do software. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Extensão de garantia para FortiAnalyzer VM

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição cotermin (coterminalidade) de extensão de garantia válida até 31/12/2022 para a solução de análise e correlação de logs **Fortinet FortiAnalyzer VM**, com capacidade de processamento de até 100 GB por dia, incluindo a licença de FortiGuard IOC (Indicators of Compromise) para volumes de 1 a 101 GB por dia, de propriedade da Contratante;

A subscrição deverá contemplar os seguintes serviços oficiais Fortinet:

FortiCare Support: Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, atualizações de software, abertura de chamados e base de conhecimento;

Atendimento remoto realizado por equipe técnica certificada, incluindo suporte à configuração, troubleshooting e otimização do FortiAnalyzer VM e FortiGuard IOC;

Assistência técnica local, com deslocamento de técnico autorizado conforme necessidade e mediante solicitação da Contratante;

A subscrição deverá garantir a compatibilidade e pleno funcionamento do FortiAnalyzer VM com capacidade de 100GB/Day e da licença FortiGuard IOC para o intervalo de 1 a 101 GB/Day, assegurando a coleta, análise e correlação de eventos de segurança em tempo real;

A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e licenças digitais necessárias para a habilitação da subscrição, incluindo a licença FortiGuard IOC;

A empresa proponente deverá ser revendedora autorizada pela Fortinet, habilitada a comercializar e prestar suporte às licenças e serviços contratados;

A contratada deverá apresentar comprovante da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série, data de início e prazo de validade;

O serviço deverá permanecer ativo e plenamente operacional até 20/11/2026, assegurando o pleno funcionamento do software. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Extensão de garantia para FortiWeb VM08 com Advanced Bundle

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de extensão da garantia válida por 12 (doze) meses para o serviço de suporte da solução **Fortinet FortiWeb VM08**, com o pacote **Advanced Bundle**, de propriedade da Contratante;

A extensão da subscrição deverá incluir, no mínimo, os seguintes serviços fornecidos pela Fortinet:

Suporte técnico especializado com acesso ao portal Fortinet, incluindo abertura de chamados, atualizações de firmware e software, e acesso a bases de conhecimento;

Atendimento remoto por equipe técnica certificada para suporte na operação, configuração, troubleshooting e otimização do FortiWeb VM08;

Assistência técnica local, mediante necessidade e solicitação formal da Contratante, para resolução de problemas e manutenção corretiva;

A extensão deverá garantir a compatibilidade e funcionamento pleno da solução FortiWeb VM08 com o Advanced Bundle, assegurando a continuidade dos recursos de segurança e proteção da aplicação web;

A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou licenças digitais necessárias para a habilitação da extensão da subscrição;

A empresa fornecedora deverá ser revendedora autorizada da Fortinet, com autorização para comercialização e suporte dos produtos e serviços envolvidos;

A contratada deverá apresentar comprovação formal da extensão da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série do equipamento, data de início da extensão e prazo de validade;

Todos os serviços deverão estar ativos e plenamente operacionais durante o período de 12 (doze) meses, a contar da data de expiração da garantia original, assegurando o pleno funcionamento do software. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição do Serviço de proteção de aplicações Web

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição válida por 12 (doze) meses para a solução de segurança web **Fortinet FortiWeb VM08**, com o pacote **Advanced Bundle**, de propriedade da Contratante;

A subscrição deverá incluir os seguintes serviços:

Acesso ao suporte técnico especializado da Fortinet, incluindo abertura de chamados, atualizações de software e firmware, e acesso às bases de conhecimento;

Atendimento remoto por equipe técnica certificada para suporte na operação, configuração, troubleshooting e otimização da solução FortiWeb VM08;

Assistência técnica local, mediante necessidade e solicitação formal da Contratante, para manutenção corretiva e resolução de problemas;

A subscrição deverá garantir a compatibilidade e pleno funcionamento da solução FortiWeb VM08 com o Advanced Bundle, assegurando a proteção contínua das aplicações web da Contratante;

A contratada deverá fornecer as chaves de ativação e/ou licenças digitais necessárias para habilitação dos serviços contratados;

A empresa proponente deverá ser revendedora autorizada da Fortinet, com autorização formal para comercialização e suporte dos produtos e serviços;

A contratada deverá apresentar comprovação formal da ativação da subscrição em nome da Contratante, contendo número de série, data de início e prazo de validade;

Todos os serviços deverão estar ativos e plenamente operacionais pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de ativação. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Subscrição de Serviço de Serviço de acesso seguro a aplicações públicas e privadas – 12 Meses

Descrição técnica e escopo mínimo da contratação:

Fornecimento de subscrição com validade de 12 (doze) meses para solução de segurança do tipo **SASE - ACESSO SEGURO A APLICAÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS**, com serviços unificados de proteção, conectividade segura, controle de acesso e visibilidade para usuários remotos e filiais, com entrega via PoPs (Points of Presence) da Fortinet ou em nuvem pública;

A solução contratada deverá ser **compatível com o ecossistema Fortinet**, preferencialmente **FortiSASE**, oferecendo integração nativa com os demais dispositivos da fabricante em uso pela Contratante;

A ferramenta SASE deverá contemplar, no mínimo, os seguintes recursos técnicos:

Operação via PoPs próprios ou nuvem pública, com escolha de localização geográfica dos PoPs.

Gerenciamento centralizado via portal único, com controle granular de políticas de acesso, identidade e segurança.

Licenciamento contemplando acesso para no mínimo 200 usuários remotos simultâneos, com suporte a no mínimo 3 dispositivos por usuário.

- Alta disponibilidade (HA) e escalabilidade horizontal automática, com balanceamento inteligente entre PoPs.
- Suporte aos sistemas operacionais Windows, MacOS, Linux, iOS e Android.
- Possibilidade de acesso via agente unificado (Unified Agent) ou de forma agent-less, por meio de SWG (Secure Web Gateway).
- O mesmo agente deverá prover simultaneamente as funções de SASE, ZTNA, CASB, SWG e Endpoint Protection (EPP).
- A solução deverá oferecer de forma nativa e integrada, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
 - Firewall as a Service (FWaaS).
 - Secure Web Gateway (SWG).
 - Zero Trust Network Access (ZTNA).
 - Cloud Access Security Broker (CASB).
 - Data Loss Prevention (DLP).
 - Web Filtering, com atualização contínua baseada em Threat Intelligence.
 - DNS Security Filtering.
 - Antivírus / Anti-malware, com detecção de ameaças em tempo real.
 - Sandbox Cloud, integrado para análise de conteúdo suspeito.
 - Remote Browser Isolation (RBI).
 - Digital Experience Monitoring (DEM), para monitoramento da experiência do usuário remoto.
 - Endpoint Protection Platform (EPP) como parte do mesmo licenciamento.
 - SSL/TLS Inspection, com decifração e re-encifração de tráfego criptografado.
 - Credential Stuffing Defense, com bloqueio automatizado de tentativas de uso de credenciais expostas.
 - Adaptive Learning, com análise de comportamento de aplicações (Application Behavioral Analytics).
 - Proteção contra OWASP Top 10 Vulnerabilities, com políticas específicas pré-configuradas.
- Integração e Visibilidade
 - Integração nativa com appliances FortiGate físicos e virtuais, permitindo reuso de políticas de segurança através do mesmo policy engine.
 - Suporte à gestão híbrida, permitindo a administração centralizada de ambientes on-premises (FortiGate físico) e nuvem SASE por meio do FortiManager.
 - Forwarding de logs e eventos para o FortiAnalyzer, com suporte a relatórios detalhados, gráficos e dashboards de segurança.
- Conectividade e IP Público
 - Deve disponibilizar IP Público dedicado.
 - Possibilidade de definir PoPs em regiões geográficas específicas, ou hospedagem em nuvem pública.
- Licenciamento
 - Licenciamento no modelo SaaS (Subscription) por 5 (cinco) anos , incluindo os serviços continuados de Governança, Sustentação e Suporte técnico da contratada, e as seguintes funcionalidades:
 - IPS (Intrusion Prevention System)
 - Web Filtering
 - DNS Security Filtering
 - SSL Inspection Updates
 - Antimalware Protection

CASB

ZTNA

SWG (Secure Web Gateway)

Sandbox Cloud

EPP (Endpoint Protection Platform)

DEM (Digital Experience Monitoring)

Threat Intelligence Feed

Adaptive Learning (AL)

Credential Stuffing Defense

AI Threat Analytics

FortiCare Premium Support

A contratada deverá realizar a disponibilização das licenças e orientações para ativação em até 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato;

A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada para suporte remoto e local, sempre que demandado pela Contratante;

A empresa proponente da solução deverá possuir **certificação ou credenciamento oficial da Fortinet**, ou autorização válida para comercialização e suporte do software SASE contratado;

A contratada deverá entregar à Contratante documentação com evidência da ativação da subscrição, contendo: número de licenças, data de início da vigência, e funcionalidades habilitadas;

Todos os serviços deverão ser plenamente funcionais durante os 12 (doze) meses de vigência contratual, contados a partir da ativação da licença. O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Serviços de suporte conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE

Unidades de Serviço Técnicos (UST) para execução de serviços especializados

Cada Unidade de Serviço Técnicos (UST) corresponderá a 4h (quatro horas) de profissional especializado nas plataformas ofertadas. O serviço deverá ser prestado pelo próprio fabricante (Professional Services) ou por meio da contratada, desde que seja comprovadamente revendedora autorizada do fabricante.

As atividades a serem executadas por meio das UST incluem, mas não se limitam a:

- Assessment;
- Desenvolvimento de plano de implantação;
- Planejamento;
- Análise;
- Configuração;
- Integração;
- Migração;
- Testes de verificação;
- Ajustes;
- Tuning;
- Hardening;
- Otimização;
- Troubleshooting;
- Updates;
- Upgrades;
- Provas de conceito;
- Ensaio de contingência;
- Customização de consultas e relatórios;
- Treinamentos “hands on”;
- Análise de vulnerabilidades;
- Criação e manutenção de regras de segurança e redes;

Participação em comitês de segurança;
Documentação “as built”;
Documentação para rollout.

Os perfis dos profissionais / atividades seguirão as práticas de metodologias de projetos reconhecidas, como o PMBOK. A seguir, os principais perfis e escopos:

Arquitetura: Definição da arquitetura lógica e física do projeto, garantia de qualidade durante a implantação, proposição de melhorias, definição de controles e monitoramento, apoio em mudanças;

Implantação: Levantamento de dados, execuções, configurações, integrações, testes, documentação, adaptações de código, infraestrutura;

Gerenciamento de Projetos: Controle de prazos, esforço, relatórios executivos, indicadores, conforme o PMBOK, visando à garantia de qualidade;

Suporte Proativo Planejado: Melhores práticas de uso, tuning, atualizações, upgrades e análise de desempenho;

Serviços de sustentação: Serviços de sustentação da plataforma, incluindo Monitoração, Operação, Administração e Governança dos recursos;

Serviços de moving: Serviços de movimentação da plataforma entre diferentes locais/datacenters;

Serviços Operação local para SOC do fabricante: Serviços de intervenção local (Operação e Administração) para orientações, definições, sugestões de mudança pelo SOC do fabricante;

As atividades poderão ser prestadas remotamente, exceto em caso de parada de ambiente ou se houver solicitação expressa do ITEC.

Dinâmica de contratação:

O ITEC contratará a quantidade estimada de USTs para cobrir o período de garantia dos produtos adquiridos, emitindo anualmente nota de empenho para aquisição de vouchers;

A contratada entregará os vouchers de USTs, que poderão ser utilizados conforme demanda durante a vigência do contrato;

O ITEC consultará a contratada para estimativa de USTs e emitirá Ordem de Serviço; ao final, será contabilizado o consumo real;

O prazo máximo para início dos serviços será de 10 (dez) dias;

As contabilizações de UST serão realizadas individualmente por profissional alocado;

USTs executadas fora do horário comercial, por solicitação do ITEC, serão contabilizadas em dobro.

O serviço poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite de cinco anos, conforme Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo reajustado conforme Art. 92 da Lei nº 14.133/2021, desde que exista vantajosidade conforme previsto no Art. 107, §2º da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá indicar funcionário capacitado, responsável por:

Fornecer aconselhamento técnico e operacional;

Gerenciar escalonamentos junto ao fabricante;

Gerenciar recursos e cronograma de entrega dos serviços.

A execução dos serviços não implicará vínculo de subordinação entre os profissionais da contratada e o ITEC. Todos os encargos trabalhistas e operacionais deverão estar considerados nos custos da contratada.

Treinamentos oficiais 1

FCP - FortiGate Administrator – 4 dias

1 (uma) inscrição para um aluno em treinamento remoto oficial em turma calendário

Conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE TREINAMENTOS OFICIAIS

Treinamentos Oficiais 2

FCP – FortiSIEM – 3 dias

1 (uma) inscrição para um aluno em treinamento remoto oficial em turma calendário

Conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE TREINAMENTOS OFICIAIS

Treinamentos Oficiais 3

FCP – FortiWEB – 3 dias

Unidade de Serviço Técnico (UST) para treinamento.

1 (uma) inscrição para um aluno em treinamento remoto oficial em turma calendário

Conforme ITEM ESPECIFICAÇÃO PADRÃO DE TREINAMENTOS OFICIAIS

Especificação padrão de Treinamentos Oficiais

Cada Unidade de Serviço de Treinamento corresponderá a um aluno para o curso oficial destacado no item especificado, em curso oficial do fabricante no Brasil;

Os vouchers deverão permitir inscrição em curso de turma de calendário aberta do tipo vILT (ao vivo, conduzido por instrutor via Internet em plataforma própria do fabricante), com os mesmos laboratórios hands-on de um treinamento em sala de aula tradicional;

Todos os treinamentos deverão ser ministrados na língua portuguesa, por instrutor certificado pelo fabricante, em dias úteis consecutivos, em horário comercial (entre 8h e 18h), considerando hora local, com carga de 8h (oito horas) por dia;

Deverão ser fornecidos materiais oficiais do fabricante e certificados oficiais do fabricante referente à participação, contendo, no mínimo, as seguintes informações: nome do participante, especificação da tecnologia, horas utilizadas, frequência (%) do participante e período, tudo em quantidade igual ao número de participantes;

A infraestrutura local para o aluno será provida pelo ITEC (PCs com 8 GB, MS Windows, multimídia e acesso banda larga à internet). A CONTRATADA deverá prover qualquer outro equipamento específico que seja exigido pelo fabricante para o aluno realizar o treinamento. Os laboratórios virtuais deverão ser providos pelo fabricante;

Dinâmica de contratação

O ITEC consultará o calendário de treinamentos do fabricante, a quantidade de Unidades de Serviços necessárias para a quantidade de alunos que pretende treinar e emitirá Ordem de Serviço para a Contratada realizar as inscrições no(s) curso(s);

A empresa CONTRATADA deverá nomear funcionário capacitado que será responsável por fornecer aconselhamento técnico e operacional sobre os treinamentos; assistência sobre as condições do contrato; gerenciamento de escalação junto ao Fabricante; Gerenciamento de recursos e cronograma de entrega dos serviços;

Especificação Padrão de Serviços de Suporte

Deverá incluir serviço Fortinet FortiCare de garantia dos produtos (hardware e software) pelo período especificado em cada item. Este serviço deverá prover os seguintes recursos:

Atualizações: Licença de uso para atualizações de softwares e firmwares, além de base de conhecimento de segurança para equipamentos ou softwares com esse tipo de assinatura, como Firewall e WAF;

Recursos online: Acesso a um portal personalizado que inclua fóruns de suporte; envio de chamados de suporte; download de drivers, software e firmware; gerenciamento de patches; principais problemas e soluções guiadas; detalhes de garantia; atualizações de software; acesso à base de conhecimento; ferramentas de diagnóstico; chat para envio de perguntas;

Central de Atendimento: Central com atendimento 24x7 em português através de ligação local ou gratuita;

Registro de chamado: através da Central de Atendimento e portal na web; a Central deverá confirmar o recebimento do chamado informando um identificador para acompanhamento;

Incidentes: Atendimento de casos sob demanda, sem limite de quantidade de atendimentos, que deve incluir especialistas técnicos para suporte técnico remoto incluindo hardware e softwares;

Níveis de Gravidade e tempo de atendimento: O nível de gravidade dos chamados será indicado pelos técnicos do ITEC quando do registro do chamado para entendimento da Central de atendimentos do fabricante, sendo: (1) paralisação crítica: ex.: ambiente de produção ou sistema paralisado ou com risco grave de paralisação ou de perda de dados; (2) degradação crítica: ex.: ambiente de produção ou sistema seriamente prejudicado, parcialmente interrompido ou comprometido, risco de recorrência; (3) normal: ex.: ambiente não de produção ou sistema fora do ar ou degradado; (4) baixa: ex.: nenhum impacto sobre os sistemas ou usuários;

Peças: O Serviço de Suporte deve incluir sem custos adicionais para o ITEC, a substituição avançada de módulos ou do equipamento completo quando diagnosticado defeito. Isso significa que quando for diagnosticado defeito do equipamento pelo fabricante, o fabricante deve remeter módulo ou equipamento completo para substituição, e efetuar o recolhimento do módulo ou equipamento completo defeituoso. Após conclusão do diagnóstico final da falha, todos os dados do equipamento devem ser apagados e o equipamento totalmente resetado. O módulo ou equipamento substituto de modelo equivalente ou superior ao defeituoso, e deve ser enviado para o ITEC no prazo máximo de um dia útil após o diagnóstico de defeito;

Deverá incluir serviço de assistência técnica da CONTRATADA pelo mesmo período de cobertura da garantia especificada no item anterior. Este serviço deverá prover os seguintes recursos:

Gestão dos serviços: A empresa contratada deve apresentar funcionário nomeado (graduado, especializado, experiente e certificado em ITIL Foudation), para gerenciamento dos serviços contratados, incluindo as seguintes atividades:

Assistência sobre as condições contratadas;

Gerenciamento das intervenções proativas e reativas (gravidade 1) com objetivo principal de mitigar riscos que possam levar à inatividade não planejada das operações do ITEC;

Gerenciamento de escalação: Para situações de gravidade 1 em que o atendimento precisar ser escalado, para monitorar e coordenar todo o atendimento e assegurar o envolvimento imediato e efetivo dos recursos, inclusive dos fabricantes, para agilizar a solução do incidente;

Desenvolvimento gerenciamento de um Plano de Suporte para manutenção da saúde da solução (atualizações);

Apresentação semestral de relatório detalhando com histórico de incidentes e a análise de tendência dos incidentes;

Suporte proativo e colaborativo com o fabricante: A empresa contratada deve apresentar funcionário(s) nomeado(s) (graduado, especializado, experiente e certificado pelo fabricante dos equipamentos), que deverá(ão) conhecer o ambiente da CONTRATADA para execução eficiente das seguintes atividades:

Intervenção proativa semestral para análise de histórico de incidentes, histórico de utilização e capacidade da plataforma, status das interfaces com outros subsistemas, demandas de integração e:

Aconselhamento sobre melhores práticas de configuração e uso da plataforma, integração com outras soluções;

Tunning de configuração para otimização de capacidade, desempenho e resiliência;

Análise e aplicação de Updates da plataforma;

Análise, planejamento e execução de Upgrades da plataforma;

Intervenção em incidentes de gravidade = 1

Atuação colaborativa com o fabricante na interação com a engenharia, coleta de logs, troubleshooting, soluções de contorno;

Análise, investigação de causa raiz e recomendações de mudanças na configuração da plataforma quando da ocorrência de incidentes de gravidade 1;

Intervenção em incidentes com troca de equipamentos

Reconfiguração dos equipamentos substitutos

O acordo de nível de serviço deverá atender, no mínimo, os seguintes parâmetros:

Serviço	Cobertura	Atendimento	Tempo de Resposta (início do atendimento após registro do chamado)	Tempo de Solução (ou contorno)
Incidentes	24x7	Remoto	1h para casos gravidade 1, dia útil seguinte para demais níveis	24h para casos gravidade 1, programado para os demais níveis.
Peças	24x7	On site	N/A	Envio dois dias úteis seguinte
Assistência técnica	8x5*	Remoto*	Agendado	N/A

O CONTRATANTE poderá solicitar atendimento 24x7 on-site em caso de intervenções que provoquem parada do ambiente;

Resolução remota dos chamados: Mediante autorização prévia do ITEC, o fabricante e/ou a CONTRATADA poderá utilizar as ferramentas de software instaladas para monitoramento ou outras para realizar o diagnóstico, isolar e resolver o problema.

Neste modelo de execução dos serviços não se caracteriza a subordinação direta e nem a pessoalidade, visto que não haverá qualquer relação de subordinação jurídica entre os profissionais da equipe da empresa contratada e este Órgão. As empresas proponentes deverão considerar em seus custos todos os recursos necessários ao completo atendimento aos objetos, tais como despesas com pessoal (salários, férias, encargos, benefícios, seleção, outras) de modo a garantir os serviços definidos;

A empresa proponente deverá comprovar manter técnico certificado Fortinet que seja funcionário ou sócio, residente na região metropolitana de Maceió para os atendimentos locais.

Especificação Padrão dos Serviços de Instalação/Ativação

Todos os equipamentos deverão incluir serviços padrão de ativação/instalação, exceto opcionais para expansão de equipamentos existentes que sejam instaláveis pelo usuário e tenham o recurso hot pluggable:

O serviço de instalação/ativação deverá contemplar desembalagem, conferência, montagem quando em rack, inicialização, conexões elétricas/lógicas, atualização, inicialização e testes de verificação;

Para os itens que exigirem paradas ou risco de parada do equipamento em produção, a instalação deverá ser planejada e ocorrer fora do horário comercial;

Caso a CONTRATANTE ainda não tenha pronto os requisitos técnicos necessários para instalação dos equipamentos, os mesmos deverão ser testados pela CONTRATADA para fim de aceite e liquidação, ficando a instalação definitiva a ser agendada em data futura entre a CONTRATADA e CONTRATANTE.

Atualmente estes são os equipamento que terão a garantia renovada com esta contratação:

Item	Equipamento	Garantia/Expira Subscrição	Manufacturer	Serial Number
1	FortiGate-2200E	03-02-2025	Fortinet	FG2K2ET920900333
1	FortiGate-2200E	03-02-2025	Fortinet	FG2K2ET920900308
3	FortiGate-3300E	03-02-2025	Fortinet	FG3K3ET920900113
3	FortiGate-3300E	03-02-2025	Fortinet	FG3K3ET920900021
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009334
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009353
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009348
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009349
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009698
9	FortiSwitch-124E	13-09-2025	Fortinet	S124ENTQ21009385

8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000654
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000793
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000799
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DN5019000482
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000665
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000726
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000761
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032402
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032408
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21033302
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032379
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032380
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032404
10	FortiAP-431F	13-09-2025	Fortinet	FP431FTF21032454
7	FortiSwitch 1024D	3-09-2025	Fortinet	FS1D24T422000289
7	FortiSwitch 1024D	13-09-2025	Fortinet	FS1D24T422000710
8	FortiSwitch-548D	13-09 -2025	Fortinet	S548DNTV21000654
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000793
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000799
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DN5019000482
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000665

8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000726
8	FortiSwitch-548D	13-09-2025	Fortinet	S548DNTV21000761
11	FortiManager VM	20-09-2025	Fortinet	FMG-VM2M22001195
12	FortiSIEM	05-12-2026	Fortinet	FSMP000000016008
13	FortiAnalyzer	02-08-2024	Fortinet	FAZ-VM2M21010283
14	FortiWeb VM 8 CPU	20-11-2026	Fortinet	FVVM08TM23001794

Normativos aplicáveis ao objeto

De acordo com o objeto da contratação, não foram identificados normativos, inclusive técnicos ou sobre critérios ou práticas de sustentabilidade, que o disciplinam, ou a atividade de sua comercialização.

Requisitos do objeto

SERVIÇO INTEGRADO DE EXTENSÃO DE GARANTIA, SUBSCRIÇÃO DE SOFTWARE.

Item	CATSER	Descrição	Unidade de medida	QTD
1	27740	Descrição CATSER: SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiGate 2200E com assinatura UTP Bundle (unified threat protection), incluindo assistência local.	UND	2
2	27006	Descrição CATSER: SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS Descrição complementar: Subscrição do gerenciamento e monitoramento e correlacionamento de eventos, análise e respostas a ameaças de segurança em tempo real para o Fortinet FortiGate 2200E	Descrição CATSER: UND SERVIÇO TÉCNICO Descrição complementar: UND	2

3	27740	Descrição CATSER: SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiGate 3300E com assinatura UTP (unified threat protection), incluindo assistência técnica local	UND	2
4	27006	Descrição CATSER: SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS Descrição complementar: Subscrição do gerenciamento de monitoração e correlacionamento de eventos, análise e respostas à ameaças de segurança em tempo real para o Fortinet FortiGate 3300E	Descrição CATSER: UND SERVIÇO TÉCNICO Descrição complementar: UND	2
5	26077	Descrição CATSER: SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS Descrição complementar: Subscrição serviço de proteção, detecção e resposta de endpoint.	UND	1.000
6	26077	Descrição CATSER: SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS Descrição complementar: Subscrição de serviço de conscientização de segurança para usuários.	UND	1.000
7	27740	Descrição CATSER: SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC Descrição complementar: Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSwitch FS- 1024D com Advanced Features License, incluindo assistência técnica local	UND	2
		Descrição CATSER:		

8	27740	<p>SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSwitch FS- 548D, incluindo assistência técnica local.</p>	UND	7
9	27740	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSwitch FS- 124E, incluindo assistência técnica local.</p>	UND	6
10	27740	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇO DE GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE TIC</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiAP 431F, incluindo assistência técnica local.</p>	UND	7
11	25992	<p>Descrição CATSER:</p> <p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiManager VM (1 - 10 devices/Virtual Domains), incluindo assistência técnica local</p>	<p>Descrição CATSER:</p> <p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>UND</p>	1
12	25992	<p>Descrição CATSER:</p> <p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiSIEM (1 - 300 devices) incluindo assistência técnica local</p>	<p>Descrição CATSER:</p> <p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>UND</p>	1
		<p>Descrição CATSER:</p>	<p>Descrição CATSER:</p>	

13	25992	<p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Serviço de extensão de garantia para o FortiAnalyzer VM 100GB/Day e FortiGuard IOC 1-101 GB/Day, incluindo assistência técnica local</p>	<p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>UND</p>	1
14	25992	<p>Descrição CATSER:</p> <p>MANUTENÇÃO DE SOFTWARE (CORRETIVA, PREVENTIVA, ADAPTATIVA)</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição de Extensão de Serviço de extensão de garantia para FortiWeb VM08 com Advanced Bundle</p>	<p>Descrição CATSER:</p> <p>UND SERVIÇO TÉCNICO</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>UND</p>	1
15	26077	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Subscrição do serviço de proteção de aplicações Web, incluindo assistência técnica local</p>	<p>UND</p>	1
16	26077	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SOFTWARE COMO SERVICO – SAAS</p> <p>Descrição complementar:</p> <p>Serviço de acesso seguro a aplicações públicas e privadas</p>	<p>UND</p>	1.000
17	26972	<p>Descrição CATSER:</p> <p>SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TRANSIÇÃO E CONFIGURAÇÃO / PARAMETRIZAÇÃO DE SOFTWARE</p> <p>Descrição Complementar:</p> <p>Unidades de Serviços Técnicos</p>	<p>UST</p>	1.200
18	3840	<p>Descrição CATSER:</p> <p>TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE</p> <p>Descrição Complementar:</p>	<p>Descrição CATSER:</p> <p>Unidade</p> <p>Descrição complementar:</p>	5

		Treinamento Oficial 1 com duração de até 16 horas	Alunos	
19	3840	Descrição CATSER: TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE Descrição Complementar: Treinamento Oficial 2 com duração entre 12 horas até 24 horas	Descrição CATSER: Unidade Descrição complementar: Alunos	5
20	3840	Descrição CATSER: TREINAMENTO INFORMÁTICA - SISTEMA / SOFTWARE Descrição Complementar: Treinamento Oficial 3 com duração acima 24 horas	Descrição CATSER: Unidade Descrição complementar: Alunos	5

Natureza do objeto

De engenharia

Com base nas disposições tanto da Lei Federal nº 5.194, de 1966, quanto da Lei Federal nº 6.496, de 1977, além das Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), inclusive Resolução CONFEA nº 218, de 1973, o objeto da contratação não consiste em serviço de engenharia.

Comum

O objeto da contratação é comum, visto poderem seus padrões de desempenho e qualidade ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Execução continuada

O objeto da contratação consiste em serviço a ser executado de forma continuada, sendo imperiosa a sua prestação ininterrupta, em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público, tendo em vista:

- sua habitualidade: O referido serviço deve ser mantido devido a seu alto impacto no funcionamento dos equipamentos de segurança da informação e conectividade do Data Center Estadual do ITEC-AL, que atualmente hospeda centenas de sistemas em áreas imprescindíveis ao Estado, tais como: Segurança Pública, Detran, Fazenda, Saúde, Educação, Folha de Pagamento, Ficha Funcional de Servidores, SEI, Processos da Procuradoria Geral, SAMU, dentre diversos outros serviços essenciais à ordem pública que precisam estar ativos e operando 24 horas em todos os dias do ano;
- sua essencialidade: A continuidade do serviço de subscrição é essencial para que os equipamentos de segurança e conectividade do ITEC-AL, recebam correções de continuidade e de segurança, bem como os hardwares estejam protegidos pelo serviço de garantia durante o período de vigência da mesma;

Regime de dedicação exclusiva de mão de obra

Considerando os requisitos exigidos para a execução contratual, o objeto da contratação não consiste em serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (MDO).

Regime de execução do serviço

Considerando o risco para a Administração, bem assim o critério a ser utilizado para remunerar a contratada, em relação a contratação adota como regime de execução a empreitada por preço unitário, quando se contrata a execução do serviço por preço certo de unidades determinadas.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela necessidade compartilhada entre diversos órgãos da Administração Pública Estadual, especialmente a PMAL, de aquisição de licenças Fortinet padronizadas e compatíveis com suas estruturas de segurança cibernética. O SRP viabiliza a contratação futura com base na ata registrada, permitindo aquisições conforme a demanda real, sem comprometer a eficiência administrativa.

A utilização do SRP também proporciona significativa racionalização de processos, ao permitir que uma licitação centralizada atenda a múltiplos órgãos com necessidades semelhantes, promovendo padronização tecnológica, ganho de escala e redução de custos. A PMAL, como órgão participante, poderá formalizar suas adesões conforme suas programações orçamentárias, mantendo a segurança e a interoperabilidade das soluções adquiridas.

Além disso, o modelo fortalece o planejamento das contratações públicas, reduz a burocracia e assegura maior celeridade na aquisição de soluções críticas de segurança da informação. Ao reunir em uma única ata a possibilidade de atendimento a diversos entes, o SRP se apresenta como o instrumento mais vantajoso, eficiente e alinhado aos princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público que regem a Nova Lei de Licitações.

Prazo de vigência

O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Qualificação econômico-financeira

De acordo com a área do objeto da contratação e o porte das empresas que nela atuam, considerando a existência de maior risco para a Administração, em função da complexidade e do vulto da contratação, há necessidade da exigência de patrimônio líquido mínimo para habilitação.

O percentual de patrimônio líquido mínimo exigido será de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, proporcional aos riscos que a inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar para a Administração, consideradas, entre outros fatores, as particularidades e a essencialidade do objeto da contratação.

Qualificação Técnica

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas, de acordo com a especificidade necessária à experiência anterior da contratada, identificam-se os seguintes critérios e parâmetros objetivos para a definição do que sejam características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da contratação:

Características: fornecimento de softwares e serviços de suporte Fortinet;

Quantidades: no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado;

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou, se em execução, desde que decorrido, pelo menos, o prazo exigido no termo de referência;

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico- operacional, a uma única contratação.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

De acordo com a especificidade necessária à experiência técnico-profissional anterior da contratada, identificam-se os seguintes critérios e parâmetros objetivos para a definição do que sejam características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto contratação:

Características: fornecimento dos softwares/subscrições pretendidas, em equipamentos de rede; Quantidades: no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da quantidade do objeto licitado;

As empresas proponentes deverão comprovar que a execução dos serviços será realizada por prestador de serviços comprovadamente com vínculo contratual (sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil (Acórdão TCU 2652/2019- Plenário)/ ou por profissional, já existente no quadro de funcionários da empresa ou por sócio, onde em ambos os casos os técnicos devem ser habilitados e certificados como engenheiro/analista de sistemas especialista em Fortinet, como profissional certificado Security+ pela CompTIA, gerenciamento de projetos PMI Gerente de Projetos Profissional com experiência em infraestrutura, ou equivalente e estejam aptos na entrega dos serviços técnicos, mensurados neste termo de referência. As empresas proponentes deverão ainda comprovar ser autorizadas do Fabricante Fortinet.

A empresa deve comprovar que é autorizada pelo Fabricante para fornecer extensão de garantia de equipamentos da marca Fortinet, ante a descrição dos equipamentos constantes neste Termo de Referência.

Os documentos de habilitação técnica estarão sujeitos à diligência por parte da comissão de licitação, que poderá averiguar através de visita técnica a autenticidade das mesmas.

Da participação de cooperativas

Não será admitida participação de cooperativa;

Instalações e aparelhamento

Não aplicável por se tratar exclusivamente de serviços de suporte e operação.

Obrigações da contratada

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da exigência de obrigações específicas da contratada, sendo adequadas e suficientes aquelas previstas na minuta padronizada pela PGE/AL.

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

Como não se trata de contratação de mão-de-obra com dedicação exclusiva, a classificação não se aplica.

Uniformes, materiais e equipamentos

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade de indicar uniformes, materiais e equipamentos específicos a serem disponibilizados em favor da Administração.

Participação de cooperativa

De acordo com o objeto da contratação e considerado o modo como é usualmente executado no mercado em geral, não será aceita cooperativa para a sua prestação, tendo em vista haver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e a cooperativa contratada ou a Administração (impossibilidade de execução com autonomia pelos cooperados), bem assim pessoalidade e habitualidade (impossibilidade de a execução da gestão operacional do serviço ser compartilhada ou em rodízio entre os cooperados).

Modelo de execução do objeto

Não haverá a possibilidade de subcontratação do objeto da contratação, exceto do próprio fabricante dos produtos.

Prazo de execução e entregas

O objeto da contratação terá prazo de execução contado, do efetivo recebimento da Ordem de Execução, posterior à assinatura do contrato, publicação do mesmo e emissão das notas de empenho, até a expiração do prazo de vigência contratual e seguirá o seguinte cronograma físico-financeiro:

- Até 10 (dez) dias corridos, após emissão da nota de empenho, para liberação das licenças de uso de software e vouchers de serviços.

Aceitação de consórcio

De acordo com a complexidade e o vulto da contratação, e realizado o parcelamento do seu objeto, não se aceitará consórcio na disputa da licitação ou na contratação, de modo a permitir que mais empresas compitam individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta.

Além disso, impende contextualizar que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de subscrições de serviços de suporte e atualização de softwares Fortinet já implantados no parque tecnológico do ITEC/AL, incluindo extensão de garantia, atualização de firmware, acesso às bases de inteligência do fabricante e suporte técnico especializado, com integração direta à infraestrutura existente.

Trata-se, portanto, de contratação de natureza eminentemente técnica, vinculada a fabricante específica, com necessidade de credenciamento oficial, rastreabilidade de licenças e responsabilidade direta quanto à ativação, suporte e manutenção das subscrições.

Nesse cenário, a fragmentação de responsabilidades típica de consórcios poderia comprometer a governança contratual, a definição clara de responsabilidades técnicas, a rastreabilidade de licenciamento e a celeridade na resposta a incidentes críticos de segurança da informação, o que se revela incompatível com a criticidade do ambiente do Datacenter estadual.

Sob a perspectiva do comportamento de mercado, observa-se que contratações similares realizadas por órgãos da União, Estados e Municípios, especialmente aquelas voltadas à renovação de subscrições, suporte especializado de fabricantes globais e manutenção de soluções integradas de segurança da informação, usualmente vedam a participação em consórcio.

Exemplo:

a) TJ/PB: https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/licitacoes/2026/01/Edital_Licencas_Fortinet_COMPLETO.pdf

b) EPE: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/LicitacoesArquivos/licitacao-contrato-2368/ETP-EPE-DGC-STI-001-2025-FIREWALL%20-%20Clicksign.pdf.pdf>

Em que pese as contratações acima não possuírem tamanha complexidade quanto a do ITEC, a natureza é semelhante, servindo, então, como exemplo para evidenciar que a Administração Pública tende a restringir a participação de consórcios.

Por fim, registre-se que a Lei nº 14.133/2021 não impõe compulsoriamente a participação de consórcios, conferindo à Administração discricionariedade técnica para admiti-los ou vedá-los, desde que haja justificativa fundamentada, conforme caput do art. 15, supramencionada legislação.

No caso concreto, a vedação encontra respaldo na complexidade técnica do objeto, na necessidade de responsabilidade contratual unificada e na exigência de credenciamento oficial junto à fabricante.

Assim, o modelo adotado pelo ITEC/AL mostra-se alinhado tanto à legislação vigente quanto às boas práticas administrativas observadas em outros entes federativos para contratações de igual natureza, preservando a eficiência, a segurança jurídica e a continuidade dos serviços públicos essenciais.

Da não participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas

No que concerne à aplicação do tratamento favorecido às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e cooperativas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, cumpre registrar que a análise da viabilidade de participação exclusiva deve considerar a natureza técnica do objeto, sua complexidade, o grau de especialização exigido e as condições efetivas do mercado fornecedor.

No presente caso, a contratação envolve subscrições de serviços de suporte, atualização e integração de soluções Fortinet já instaladas no ambiente crítico do Datacenter do ITEC/AL, demandando credenciamento oficial do fabricante, capacidade técnica comprovada, estrutura operacional compatível com SLAs rigorosos e aptidão para atuação em ambiente de alta disponibilidade e segurança cibernética. Trata-se, portanto, de objeto de elevada especialização técnica, cuja execução inadequada pode comprometer serviços essenciais do Estado.

Do ponto de vista econômico e concorrencial, constata-se que o mercado de revenda e suporte de soluções Fortinet é composto majoritariamente por empresas integradoras de médio e grande porte, devidamente certificadas pela fabricante, sendo reduzida a presença de microempresas ou empresas de pequeno porte com capacidade técnica e credenciamento compatíveis com a integralidade do objeto.

Ademais, a eventual restrição do certame à participação exclusiva de ME/EPP poderia reduzir significativamente a competitividade, restringindo o universo de potenciais fornecedores aptos e, conseqüentemente, prejudicando a obtenção da proposta mais vantajosa. Ressalte-se que o objeto é estruturado em lote único, dada a sua natureza integrada e interdependente, de modo que eventual fracionamento artificial para fins de enquadramento no art. 48 poderia comprometer a coerência técnica da solução e a eficiência contratual.

Assim, à luz do art. 48, inciso I e §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, conclui-se que não se mostra tecnicamente nem economicamente vantajosa a adoção de participação exclusiva para ME/EPP ou cooperativas nesta contratação específica, uma vez que tal medida poderia representar prejuízo ao conjunto do objeto e à competitividade do certame.

Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento

A execução do objeto possuirá o seguinte modelo de gestão e obedecerá aos seguintes critérios de medição e pagamento:

Os servidores responsáveis pela fiscalização contratual já encontram-se designados por Portaria do Instituto de Tecnologia em Informática e Informação do Estado de Alagoas.

A contratada entregará à comissão gestora relatórios descrevendo as atividades realizadas, conforme definidas em planejamento conjunto que será realizado pela equipe técnica do ITEC/AL e contratada em concordância com as Ordens de Serviço Emitidas ou aberturas de chamados. Após o recebimento dos relatórios, a comissão gestora terá até 5 (cinco) dias úteis para emitir a Carta de Aceite ou questionar e solicitar ajustes.

A comunicação entre Contratante e Contratada ocorrerá por meio de reunião ordinária a ser definida em acordo com demanda a ser acionada, ou em caso excepcional, através de reunião extraordinária, marcada com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

A comissão gestora deverá ser responsável pela aprovação de documentos de controle (planilhas, atas ou relatórios) que serão entregues pela contratada ao longo da execução das atividades de vigência da garantia, que se dedicará para acompanhamento dos trabalhos e também para atuar como facilitador no que diz respeito à disponibilidade de pessoal para interagir com a equipe da contratada.

Tratando-se de serviço baseado em subscrições (assinatura), os pagamentos à contratada serão realizados em conformidade com esse critério, ou seja, mediante entrega dos certificados de garantia, licenças de uso ou vouchers de serviços.

A conformidade dos produtos e dos serviços entregues com relação às especificações técnicas e com a proposta da contratada, com vistas ao recebimento provisório, será avaliada mediante ativação dos equipamentos.

Rotinas de fiscalização

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade de definir mecanismos de controle específicos a serem utilizados para fiscalizar a prestação do serviço, sendo adequados e suficientes aqueles previstos na minuta padronizada pela PGE/AL.

Garantia de execução

Considerando a ausência de maior risco para a Administração, em função da complexidade, além da ausência de prazo de entrega estendido, não há necessidade da exigência de garantia de execução.

Índice de reajuste

Considerando a proximidade da efetiva variação dos preços do objeto da contratação e o maior conservadorismo do indicador, define-se a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, para a excepcional hipótese de reajuste.

Parcelamento

Do objeto

De acordo com o objeto da contratação, e após a avaliação da sua divisibilidade, com base na necessidade administrativa e no mercado fornecedor, procedeu-se ao maior parcelamento técnico e economicamente possível, realizando-se licitação do tipo menor preço por lote.

A contratação em lote único é imperativa devido à indivisibilidade técnica e funcional intrínseca das licenças e serviços Fortinet. A solução de segurança da informação proposta, baseada em FortiGate, opera como um ecossistema integrado, onde cada componente de licenciamento (como subscrições UTP – Unified Threat Protection, gerenciamento, monitoramento e correlacionamento de eventos) é projetado para interoperar de forma sinérgica e contínua com os demais.

A fragmentação da contratação em múltiplos lotes para licenças de um mesmo fabricante (Fortinet) ou diferentes aspectos da mesma plataforma de segurança resultaria em:

1. **Comprometimento da Interoperabilidade e Padronização:** As licenças Fortinet são desenvolvidas para funcionar em conjunto, otimizando a detecção e resposta a ameaças. A aquisição de partes da solução de diferentes fontes ou em lotes separados pode levar a incompatibilidades, falhas de comunicação entre os módulos de segurança e a perda de funcionalidades críticas que dependem dessa integração.
2. **Diluição da Responsabilidade Técnica e Garantia da Solução:** A contratação por lote único assegura que a responsabilidade técnica pela operação, desempenho e segurança da solução como um todo recaia sobre um único fornecedor. A divisão em lotes geraria uma sobreposição ou lacuna de responsabilidades, dificultando a resolução de problemas, o diagnóstico de falhas e a aplicação de garantias, especialmente em ambientes complexos de segurança cibernética onde a causa de um incidente pode envolver múltiplos componentes.
3. **Aumento dos Riscos Operacionais e de Segurança:** A descontinuidade na cadeia de suporte e atualização, a falta de uma visão unificada sobre a arquitetura de segurança e a potencial ausência de padronização na implementação aumentariam exponencialmente os riscos de vulnerabilidades, interrupções de serviço e comprometimento da integridade e continuidade dos serviços de segurança da informação. A segurança cibernética exige uma abordagem holística e orquestrada, que só é plenamente alcançada com a gestão integrada de todos os componentes da solução.
4. **Complexidade na Gestão Contratual e Custos Ocultos:** Múltiplos contratos para uma solução que é intrinsecamente única elevariam a complexidade administrativa, a necessidade de múltiplos pontos de contato e a possibilidade de conflitos contratuais. Além disso, a perda da capacidade de otimização de custos que um fornecedor único pode oferecer (economias de escala e pacotes de licenciamento) resultaria em maiores despesas indiretas para a Administração.

Assim, a contratação em lote único não apenas atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, mas é, sobretudo, uma exigência técnica para garantir a funcionalidade plena, a segurança, a estabilidade e a capacidade de defesa da infraestrutura de rede da Administração Pública contra as ameaças cibernéticas em constante evolução.

Do item ou grupo de itens

Quanto à possibilidade de divisão dos itens em parcelas ainda menores, tem-se por inviável, tendo em vista o vulto e a uniformidade do objeto, inclusive quanto a prazo e local de entrega, e a necessidade de resguardar a economia de escala.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 6.255.728,00

A estimativa do custo total da contratação é de R\$ 6.255.728,00.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Pontos considerados fundamentais para escolha técnica da solução:

Mitigação de riscos: A solução escolhida não provocará interrupção dos serviços, evitará vulnerabilidades na plataforma em relação à ataques cibernéticos

Proteção de dados sensíveis: A solução existente já mostrou-se sólida, quanto a dados sensíveis do governo e dos cidadãos contra ataques cibernéticos e vazamentos. A solução escolhida é para manutenção da mesma plataforma.

Resiliência e disponibilidade: A solução existente já demonstrou e garantiu disponibilidade contínua dos serviços críticos, mesmo em face de possíveis ameaças ou interferências. A solução escolhida é para manutenção da mesma plataforma.

Gerenciamento centralizado: A plataforma de redes e segurança de redes está padronizada e integrada nativamente com equipamentos e softwares do mesmo fabricante, e a mesma demonstrou capacidade de permitir o gerenciamento centralizado da rede e das políticas de segurança, facilitando a operação e o monitoramento. A solução escolhida é para manutenção da mesma plataforma.

Suporte técnico e atualizações: A solução selecionada vem garantindo e oferecendo suporte técnico confiável e atualizações regulares para lidar com novas ameaças e vulnerabilidades.

Curva de aprendizado: A solução é amplamente conhecida pelo corpo técnico do ITEC, o que reduz tempo e custos com treinamento e substituição do parque, inclusive com possíveis indisponibilidades e recolocação de equipamentos.

Além disso, é importante pontuar que, em razão dos equipamentos utilizados serem relativamente novos (apenas três anos de uso) e as licenças de uso de software serem perpétuas, o custo-benefício de manutenção da plataforma torna-se extremamente mais vantajoso, se comparada com possível aquisição de uma nova plataforma.

Manutenção ou substituição da solução implantada

Ante o exposto acima, a solução 1, com a manutenção da solução implantada é a que melhor se adequa ao objeto pretendido, oferecendo maior agilidade, segurança e menor custo de aquisição.

Catálogo Nacional de soluções de TIC

A solução pretendida não está presente nos catálogos de soluções de TIC com Condições Padronizadas publicados pelo Órgão Central do SISP no âmbito do processo de gestão estratégica das contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado previsto no § 2º do art. 43 da Lei nº 14.133, de 2022.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A Solução 1 (um) foi a escolhida, por possuir valor aproximadamente 46% menor que a solução 2 (dois).

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os benefícios são a melhoria da prestação dos serviços, seja pela melhora na produtividade gerada pela disponibilidade e performance dos serviços on-line, seja pela maior disponibilidade ocasionada pela segurança da informação, evitando dentre outras coisas o sequestro e/ou vazamento de dados pessoais da população e eventuais fraudes, que podem gerar sanções por órgãos de controle ou impacto na arrecadação de taxas e tributos, realizadas, por exemplo, por órgãos como SEFAZ e DETRAN.

17. Providências a serem Adotadas

De acordo com o objeto da contratação, não há necessidade da adoção de cronograma de atividades para adequação do ambiente do Órgão, a fim de que a contratação surta seus efeitos.

Indicam-se para participação da gestão do contrato os seguintes agentes públicos:

- Luiz Eugênio de Castro Barroca. Superintendente de Prospecção, Relacionamentos e Negócios. Matrícula nº 697-1;
- Cláudio Jorge da Rocha Cavalcanti. Gerente de Liberação, Continuidade e Disponibilidade de Serviços. Matrícula nº 068-0;
- Robinson Tenório de Melo. Gerente de Incidentes, Problemas e Configurações de Serviços. Matrícula nº 069-8;
- Fabricio Bittencourt Dias. Gerente Executivo Administrativo. Matrícula nº 9865922-7;
- Luis Cláudio Burgos de Oliveira Freire. Diretor de Serviços de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos. Matrícula nº 070-1.

18. Instrumentos de planejamento

A contratação se alinha ao planejamento do Órgão, conforme Planejamento Estratégico instituído, e se vincula à política pública de:

Aprimorar as ações de transformação digital no governo de alagoas, fortalecendo a governança e capacidade digital, incrementando a eficiência na prestação de serviços públicos e satisfação dos cidadãos.

Aumentar a capacidade de processamento, armazenamento, disponibilidade do datacenter estadual, propiciando entregas mais ágeis com a garantia de proteção dos dados.

19. Atendimento anterior da necessidade

Não houve necessidade anterior equivalente.

20. Contratações correlatas

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

21. Classificação quanto ao sigilo

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, não há necessidade de classificá-los como sigilosos.

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

22.1. Justificativa da Viabilidade

Com base na avaliação dos elementos anteriores do estudo técnico preliminar, a contratação se mostra técnica, socioeconômica e ambientalmente viável.

ATESTO, sob responsabilidade funcional, que o Estudo Técnico Preliminar - ETP elaborado é adequado e perfeitamente suficiente tanto à caracterização do interesse público envolvido e da melhor solução para o problema a ser resolvido, inclusive quanto às especificações do objeto, sua descrição, unidade de medida e quantidade, sendo seguidos os parâmetros estabelecidos no Decreto Estadual nº 90.381/2023 e o regramento específico contido no artigo 11, da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FELIPE GOMES ATHAYDE

Diretor de Serviços de Desenvolvimento de Sistemas Corporativos



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 12:27:39.

JOSE ROBERTO CELESTINO DA SILVA

Superintendente de Gestão Interna



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 11:46:29.

JOAO PEDRO CASTELO BRANCO MENDES

Gerente de Desenvolvimento de Sítios



Assinou eletronicamente em 27/02/2026 às 11:47:50.